



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
REUNIÃO
18/08/2015 - 4ª - CPI do Futebol - 2015

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 616, de 2015, com a finalidade de investigar a situação do futebol brasileiro.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com os seguintes convidados:

- Sr. José Cruz, jornalista do *site* eletrônico UOL;
- Sr. José Carlos Amaral Kfourir, Juca Kfourir, colunista da *Folha de S. Paulo*, da Rádio CBN e ESPN;
- Sr. Jamil Chade, correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* na Suíça.

Peço à Secretaria que, imediatamente, conduza e acomode à mesa os nossos convidados. *(Pausa.)*

O jornalista Juca Kfourir ainda não chegou, mas, segundo informações, estará presente dentro de, no máximo, meia hora. Informo a todos que esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-cidadania e no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania e no Alô Senado, através do número 0800-612211.

Para organizar os nossos trabalhos, esclareço que, após a exposição inicial dos convidados, a palavra será concedida às Senadoras e aos Senadores na ordem de inscrição. Terão preferência para o uso da palavra, na seguinte ordem, o Relator, o Presidente, os membros, conforme a lista de inscrição, e, por fim, os membros eventualmente inscritos.

Inicialmente, concedo a palavra ao Sr. José Cruz para a exposição de 10 a 15 minutos.

Antes de conceder a palavra ao Sr. José Cruz, eu gostaria de agradecer aos convidados presentes e dizer que é uma satisfação muito grande recebê-los aqui.

Tenho certeza de que os senhores convidados têm muitas coisas interessantes e importantes a declarar a esta CPI, que tem objetivos como repaginar o nosso futebol e, principalmente, moralizar o futebol brasileiro.

Todos nós sabemos do momento que vive o nosso futebol no País. Acredito que, paralelamente a esta CPI, juntos, principalmente com a ajuda dos senhores a partir de hoje, vamos tentar fazer o máximo para recolocar o futebol no seu devido lugar e, o mais importante, tirar do futebol aqueles que realmente fazem mal a ele e que nunca, na verdade, pertenceram ao futebol.

Passo a palavra ao Sr. José Cruz.

O SR. JOSÉ CRUZ - Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço uma saudação especial ao companheiro Jamil Chade, que veio da Europa especialmente para participar da abertura dos trabalhos da CPI, retornando ainda hoje, o que demonstra o seu grande interesse em contribuir para que o Brasil reconquiste a sua expressão no futebol internacional.

Sinto-me honrado em começar os trabalhos da CPI. Acredito que o companheiro Juca Kfourir, que estará chegando daqui a pouco, e o Jamil sejam as pessoas que têm maior contribuição a dar a esses trabalhos. Particularmente, quero fazer uma homenagem ao companheiro Andrew Jennings, jornalista investigativo escocês que foi o precursor das investigações das falcaturas do futebol internacional.

Jennings já tinha escrito um livro sobre corrupção na Fifa, em 2000. O resultado do seu trabalho, mostrando que o esporte é usado para esconder negócios e falcaturas, culminou com a expulsão de 11 conselheiros do Comitê Olímpico Internacional. Posteriormente, ele investiu, com algumas suspeitas, sobre a Federação Internacional de Futebol, o que resultou em dois livros, *Jogo Sujo* e *Um Jogo Cada Vez Mais Sujo*, que contam os bastidores da Federação Internacional de Futebol, muito baseados também em documentos referentes à nossa Confederação Brasileira de Futebol.

A CBF já havia sido motivo de duas investigações, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em 2001. Costumo dizer que, com a abertura desta CPI, estamos recuperando 14 anos de atraso. Naquela ocasião, as quebras de sigilos bancário e fiscal identificaram várias irregularidades, como enriquecimento ilícito, evasão de divisas e sonegação fiscal, mas, lamentavelmente, as autoridades brasileiras, através dos seus diferentes órgãos, Banco Central, Petrobras, Ministério Público etc, não levaram a investigação adiante. Os anos se passaram, os fatos se agravaram, e hoje estamos aqui reabrindo, novamente, uma CPI para investigar o futebol, que eu, como repórter e como crítico, acredito que precise chegar, inevitavelmente, aos bastidores da Confederação Brasileira de Futebol.

Por que eu digo isto? Porque, se pegarmos os últimos quatro presidentes da CBF, a partir de João Havelange, em 1954, até Marco Polo Del Nero, atualmente - são, praticamente, seis décadas, 59 anos- , veremos que os quatro presidentes que por lá passaram e o atual não têm um perfil de gestor do esporte, de gestor do futebol. Eles se caracterizaram mais por terem uma ficha corrida, a ponto de o ex-Presidente de Honra da Fifa João Havelange ter se exonerado do cargo daquela entidade internacional para não ser dali demitido, expulso, devido às denúncias de corrupção.

Ricardo Teixeira, no rastro das investigações, também se demitiu às vésperas da realização da Copa do Mundo. Ele, que foi um dos que trouxeram a Copa do Mundo para o Brasil, acabou se demitindo também devido às denúncias, já com repercussão internacional, que envolviam o caso ISE e Fifa.

José Maria Marin, como todos sabem, está preso há 80 dias. Apesar de sua avançada idade, continua lá aguardando o andamento do processo para saber o rumo que lhe será dado.

Fiquei sabendo, há pouco, pelo Jamil, e o noticiário está revelando isto, que Marco Polo Del Nero já admite a possibilidade de se afastar da Presidência da CBF. É uma notícia ainda não confirmada, mas já existe essa hipótese devido à gravidade das denúncias que ocorrem nos bastidores do futebol. E essa notícia surge, coincidentemente, com a abertura dos trabalhos desta CPI.

Por isso, Srs. Senadores, Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Romero Jucá, que acaba de chegar...

Bom dia, Senador!

Por isso, lendo a pauta de convocação dos trabalhos - permito-me fazer aqui uma rápida avaliação -, acredito que não contribua muito chamar aqui os presidentes de federações. Recentemente, o *Zero Hora*, de Porto Alegre, publicou uma série de reportagens, durante cinco ou seis dias, revelando que instituições são essas. Em resumo, nada mais são do que as instituições que dão sustentação ao sistema, esse sistema que nos acompanha há 60 anos, através desses quatro ex-presidentes a que me referi, que têm envolvimento - suspeitas e processos - com falcaturas internacionais.

Os presidentes de federação poderão vir aqui e falar sobre os problemas de suas regiões, sobre as dificuldades de manter o futebol em suas regiões depois que o Campeonato Brasileiro termina, mas eles não poderão trazer para cá nenhuma contribuição para que se chegue, efetivamente, aos bastidores da CBF e, com isso, se constate qual a participação efetiva dessa instituição e de seus dirigentes no escândalo internacional e na corrupção interna.

Eu gostaria de lembrar também que, na CPI anterior, realizada na Câmara dos Deputados, devido à ação de parlamentares intimamente vinculados ao futebol, o então Deputado Eurico Miranda promoveu um tumulto e aquele relatório não foi aprovado, não se tornou peça que pudesse contribuir para as investigações. Ao contrário do Senado, esse relatório é substancial e seria oportuno que fosse resgatado nesta ocasião.

E, para concluir as minhas sugestões, eu gostaria de dizer que falo da importância de a CPI avançar sobre os bastidores financeiros da CBF porque ela é a instituição que gere o nosso maior patrimônio cultural esportivo, que são o futebol e a Seleção Brasileira. A Seleção se apresenta, mundialmente, desfilando com as cores do Brasil, desfilando com a Bandeira Nacional, entoando o Hino Nacional. Ela é a nossa representação efetiva. No entanto, enquanto nós, torcedores, nos envolvemos com a emoção do futebol, nos seus bastidores são promovidas falcaturas denunciadas, algumas já comprovadas, que, lamentavelmente, já não se situam só no plano interno, mas também no internacional.

O movimento é grande, como se sabe, a ponto de haver investigação por parte da polícia norte-americana. E parte dessa investigação está sendo realizada graças aos documentos colhidos pelo jornalista Andrew Jennings, cuja convocação eu deixo aqui como sugestão, pois eu acredito que o seu longo trabalho de investigação poderá dar uma grande contribuição a esta CPI.

Eu fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Muito obrigado, Sr. José Cruz.

Passo a palavra agora ao Sr. Jamil Chade, jornalista.

V. Sª terá 15 minutos para a sua exposição.

O SR. JAMIL CHADE - Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, muito obrigado pelo convite para estar aqui. Eu espero, obviamente, poder contribuir com os trabalhos desta CPI.

Eu sou correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* na Suíça há 15 anos, e o meu trabalho lá é cobrir não apenas os assuntos de política e economia, mas também as organizações que lidam com o esporte internacional. A Suíça é sede da Fifa, do COI e de várias outras entidades internacionais que lidam com esporte. Portanto, parte do meu trabalho é justamente cobrir o que significa, ou pelo menos o que é, a gestão do esporte internacional. Isto eu faço, como acabo de dizer, para o jornal *O Estado de S. Paulo*, mas sou comentarista também da Rede TV e da Rádio Estadão.

O que eu pretendo fazer aqui hoje, na verdade, é apresentar dados das minhas apurações e que já foram alvo de matérias, já foram publicados em reportagens do *Estadão*.

Quero deixar claro que o que eu vou apresentar são documentos que, claro, revelam uma série de dados importantes, a meu ver, mas o que eu não posso fazer e não cabe a mim fazer é tirar conclusões ou dizer se o que está nos contratos é legal ou ilegal. A única coisa que eu posso fazer mesmo é, de fato, apresentar esses documentos.

Esses documentos eu também vou colocar à disposição do senhor, da Comissão, obviamente.

A legitimidade desses documentos não foi questionada em nenhum momento depois da publicação por nenhum dos atores citados nesses documentos. E, tendo em vista o fato de que, na verdade, eles já foram publicados, acredito que essa não é uma informação que me pertence; é uma informação de domínio público. Por isso, também faço questão de apresentá-las aqui.

Vou me limitar a meu papel de jornalista que, claro, de forma independente, constata e apura os fatos, mas também vou evocar o meu direito de não revelar as fontes, de onde esses documentos surgiram e quem teria feito a entrega desses documentos para mim.

Vou dividir a apresentação em três partes, só para poder estruturar a apresentação dos documentos. São três documentos diferentes. O primeiro é um contrato entre a CBF e a ISE, a empresa que detém os direitos sobre os amistosos da Seleção Brasileira. Essa vai ser a primeira parte da apresentação. A segunda parte da apresentação é a apresentação de um contrato da ISE, empresa que detém os direitos sobre a Seleção Brasileira, mas com outra empresa, chamada Uptrend Development, assinado pelo Sr. Sandro Rosell, ex-Presidente do Barcelona e ex-Diretor da Nike aqui, no Brasil. E, para terminar, a terceira parte dessa apresentação vai lidar com um contrato que chegou a ser assinado pelas partes mas nunca entrou em vigor. Vou explicar por que ele nunca entrou em vigor e também por que, apesar de nunca ter entrado em vigor, acredito que seja importante apresentá-lo aqui, nesta Comissão, como subsídio para qualquer tipo de trabalho que os senhores venham a fazer no futuro.

Todos esses documentos têm um ponto em comum, que é justamente o da exploração comercial da Seleção Brasileira. E não utilizo a palavra "exploração" no sentido negativo. É a exploração, basicamente, no desenvolvimento comercial da Seleção Brasileira. Por isso, são três documentos diferentes que, aparentemente, não têm nenhuma relação entre si, mas que mostram essa vertente da CBF ou essa vertente do futebol brasileiro, que é a exploração comercial da Seleção.

A primeira parte, para deixar muito claro, trata do contrato entre a ISE e a CBF. No dia 24 de novembro de 2006, a CBF assinou um contrato com a empresa ISE dando a essa companhia o direito de realizar amistosos da Seleção Brasileira pelo mundo, o direito exclusivo para realizar esses amistosos. O que diz esse contrato? A CBF dá a essa empresa o direito de explorar comercialmente, de divulgar esses jogos, de ficar com a renda da bilheteria dessas partidas, de vender os direitos de televisão no exterior desses jogos, e, em troca, a ISE garante algumas coisas como, primeiro, a realização do jogo, procurando um estádio, procurando um adversário, organizando o jogo em si, o amistoso da Seleção Brasileira, e, segundo, o pagamento de um cachê fixo à CBF. Esse é o acordo que se estabeleceu entre a ISE e a CBF em 2006.

A relação entre a ISE e a CBF já era relativamente conhecida. Inclusive, a Assessoria de Imprensa da CBF, à época, não escondia que era essa a empresa que tinha essa relação. Agora, o contrato em si era mantido de forma sigilosa. Esse contrato não era divulgado. E, em maio deste ano, 2015, eu obtive pela primeira vez esse contrato que fala justamente da relação entre a ISE e a CBF. Nós publicamos no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 16 de maio de 2015 os detalhes sobre esse contrato.

E o que diz esse contrato, que, na época, foi assinado pelo Sr. Ricardo Teixeira, então Presidente da CBF? Primeiro aspecto: a ISE é, na realidade, uma empresa subsidiária, na verdade, de um grande conglomerado saudita, o DAG. Isso fica muito claro, está escrito no contrato. O DAG é um conglomerado muito importante na economia saudita, no Oriente Médio, que tem mais de 38 mil funcionários, tem bancos da Tunísia ao Egito. Enfim, é uma entidade bastante importante na economia do mundo árabe.

Agora, nesse contrato, a ISE, que é uma subsidiária desse grupo saudita, se apresenta como tendo o seu endereço nas Ilhas Cayman. E esse endereço nas Ilhas Cayman da empresa ISE é apenas uma caixa postal. Eu vou ler, inclusive, o endereço: Caixa Postal 1.111, na rua Harbour Drive, em Grand Cayman, que é a cidade das Ilhas Cayman. Na minha apuração, o que eu pude constatar também é que esse endereço dessa empresa é um endereço que não conta com uma estrutura física da ISE - conta, de fato, com a caixa postal, mas não conta com uma estrutura física -, não conta com um escritório e não conta também, obviamente, com funcionários que trabalham para a ISE prestando serviço para a Seleção, no caso, para a CBF. Essa é a constatação que eu fiz a partir de apurações, a partir do endereço que está nesse contrato confidencial entre a CBF e a ISE.

É importante que se esclareça um fato: a ISE subcontratou uma segunda empresa para operacionalizar os jogos da Seleção Brasileira. Ela, por si só, não faz os jogos, nunca fez, na verdade, esses jogos. O que ela fez foi subcontratar, em 2006, a empresa Kentaro, com sede na Suíça, para organizar os jogos. O que significa organizar os jogos? É puramente a questão logística: alugar o estádio, alugar o ônibus da Seleção, fazer a reserva do hotel, garantir a comida no hotel para os jogadores da Seleção, enfim, toda a parte logística. Isso quem fazia era a Kentaro. E isso foi feito até o ano de 2012.

Em 2012, a CBF, já com José Maria Marin como Presidente e Marco Polo Del Nero como Vice-Presidente, muda o operador dos jogos. A ISE continua tendo os direitos sobre as partidas, sobre os amistosos, mas quem operacionaliza cada um deles é uma outra empresa, no caso uma empresa com sede em Londres, chamada Pitch International. Esse contrato, que foi, inclusive, divulgado em um comunicado de imprensa, foi feito em agosto de 2012 e vale até 2022. Isso encerra a apresentação do primeiro contrato, um contrato confidencial que mostra que a ISE tem sede nas Ilhas Cayman numa caixa postal.

O segundo contrato que eu vou apresentar, segunda parte da apresentação, é um contrato que também envolve a ISE, essa mesma empresa que detém os direitos sobre a Seleção Brasileira, mas agora com outra empresa, a Uptrend Development. A Uptrend Development é uma empresa que pertence, pelo menos é ele quem assina o contrato como seu representante, ao Sr. Alexandre Rosell Feliu, que é o nome completo do Sr. Sandro Rosell, ex-Presidente do Barcelona e ex-representante da Nike aqui, no Brasil. O que diz o contrato? O contrato diz que a Uptrend receberia um certo valor, no caso €8,3 milhões da ISE, por 24 amistosos da Seleção Brasileira. Isto é o que diz o contrato em si.

O que a Uptrend forneceria como serviços para a ISE para justificar €8,3 milhões em serviços? O contrato é bastante... No caso, o contrato não é muito detalhado e apenas diz que se refere a trabalhos de marketing e consultoria. É a única explicação, vamos dizer assim, em relação ao que foi fornecido pela Uptrend para a ISE.

O que também diz o contrato em relação aos endereços dessas empresas? A ISE continua com o mesmo endereço nas Ilhas Cayman. Agora, a Uptrend tem um registro, na verdade, em Nova Jersey, nos Estados Unidos. Tem endereço em uma cidade, Cherry Hill, que fica a, mais ou menos, 140km de Nova York, mas traz um detalhe também que, a meu ver, pode ser importante, que é o fato de que ela não tem uma sede física.

Essa empresa Uptrend, pelo menos assinada pelo Sr. Sandro Rosell, se utiliza de um escritório virtual nessa cidade, em Nova Jersey, ou pelo menos se utilizava dele naquele momento.

Pela minha apuração, aquele endereço, na verdade, era de aluguel de caixas postais, mas era também de aluguel, por exemplo, de uma sala. Se a pessoa quisesse ter algum tipo de reunião, poderia ter uma reunião naquelas salas.

No endereço apresentado nos documentos, essa empresa Uptrend fala que o endereço dela, vou até ler aqui, é 105, Church Road, nº 811. Na minha apuração, ligando para esse local, o escritório 105 era apenas uma sala de aluguel. Qualquer um poderia alugá-la. Os senhores poderiam alugar, eu poderia alugar. Qualquer um que quisesse fazer qualquer tipo de reunião poderia alugar essa sala.

Então, o que estabelece esse contrato? Estabelece uma relação entre quem detém os direitos sobre a Seleção Brasileira e quem, no caso, vendeu ou forneceu um serviço de *marketing* e consultoria por 24 jogos da Seleção Brasileira em troca de €8,3 milhões.

Nenhuma das duas empresas, a ISE e a Uptrend, tem sede física. Essa é uma constatação a partir dos dados do contrato.

Antes de publicar essa matéria, eu entrei em contato com o Sr. Sandro Rosell e entrei em contato com o Barcelona perguntando justamente quais eram ou o que era esse contrato, e nunca obtive nenhuma resposta.

Mas, logo depois da publicação da matéria no jornal *O Estado de S. Paulo*, o Sr. Sandro Rosell publicou... Na verdade, ele concedeu uma entrevista pré-gravada a uma rádio em Barcelona, a Rádio Cataluña, no dia 2 de setembro de 2013, afirmando que, na verdade, aquele dinheiro não era de comissões, mas de honorários por trabalhos prestados por ele. Ele não explicou qual foi o trabalho prestado, e o jornalista não perguntou qual foi o trabalho prestado. Isso também encerra a apresentação do segundo contrato.

Só para recapitular, o primeiro contrato é entre a ISE e a CBF e o segundo contrato é entre a ISE e a Uptrend, em Nova Jersey, com essas características.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) - Romário, licença só um pouquinho.

Você poderia repetir só o finalzinho para mim, porque eu me perdi. O último período aí que você falou.

O SR. JAMIL CHADE - Sim, senhor.

Por que a apresentação desses dois contratos? Um deles fala da relação entre a ISE e a CBF, e o outro contrato é a relação entre a ISE e a Uptrend, empresa assinada por Sandro Rosell. Então, é só isso que, na verdade, eu posso constatar a partir dos fatos dos dois contratos.

Eu entro agora na última parte, que é a apresentação de um terceiro contrato, que, na verdade, é uma minuta de contrato. Ela não entrou em vigor, mas, ainda assim, eu a estou apresentando aqui ao trabalho de vocês. E também fiz uma reportagem sobre esse contrato.

O que aconteceu? Com a saída do Sr. Ricardo Teixeira da CBF, em março de 2012, a Kentaro, empresa que operacionalizava os jogos da Seleção, empresa contratada pela ISE para operacionalizar os jogos da Seleção, sabia que, de alguma forma, os trabalhos que ela teria poderiam ser encerrados, inclusive porque o próprio contrato da Kentaro terminava em 2012. Então, o que ela fez foi, na verdade, procurar a CBF para tentar uma renovação desse contrato. É isso que ela queria fazer justamente naquele momento de mudança no governo da CBF.

Para negociar essa renovação, o que a Kentaro fez foi buscar intermediários que pudessem estabelecer um contato com a CBF e, aí, negociar justamente algum tipo de prorrogação desse contrato.

No dia 21 de maio de 2012, uma minuta de contrato foi estabelecida entre a Kentaro e esses agentes que faziam essa intermediação. Nesse contrato de intermediação, foi nomeada a empresa Plausus, com sede em Londres. Isso é o que está na minuta do contrato, que é uma minuta que, de fato, foi até rubricada. Vocês poderão ver isto nos documentos que vou deixar. Os senhores, certamente, poderão ver isso. Agora, o que diz esse contrato? Esse contrato diz que os agentes, na verdade os intermediários desse contrato entre a Kentaro e CBF, receberiam, só pela assinatura do contrato, US\$2 milhões. Além dos US\$2 milhões, os intermediários receberiam US\$1 milhão por jogo da Seleção Brasileira. Esse valor de US\$1 milhão aumentaria, não ficaria fixo. A partir de 2018, por exemplo, essa empresa Plausus receberia US\$1,4 por jogo da Seleção Brasileira entre 2018 e 2022. Eu insisto: esses são dados que estão no contrato. Não são cálculos meus, não são tentativas de somar. Não. São dados que estão no contrato.

E o que diz o contrato? De uma forma geral, a Plausus - sempre lembrando que eles são os intermediários entre a Kentaro e a CBF - receberia, no total, entre 2012 e 2022, US\$132 milhões. Esse é o valor que um intermediário, uma empresa em Londres, receberia por, na verdade, fazer esse contrato. Esse contrato não chegou a ser assinado com a CBF, esse dinheiro não foi pago, e eu desconheço os motivos, sinceramente. Agora, ainda assim, eu o coloco, obviamente, à disposição dos senhores. Eu estou sem os contratos aqui, Senador. Se o senhor quiser, estão...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Eu gostaria, sim.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) - Sr. Presidente, eu tenho uma reunião às 11h... Aqui, fica apertado demais. Eu, às 9h, tenho uma reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, tenho, às 10h, uma reunião, na mesma hora da reunião da CPI, da Comissão de Assuntos Econômicos, e às 11h tenho uma reunião da Bancada para tratar de um assunto e não posso deixar de estar presente.

Eu queria só fazer uma pergunta, pulando o Senador Romero Jucá, que é o Relator, que tem esse direito, e V. Ex^a, Senador Romário, ao jornalista Jamil, até porque o objetivo do Senador Romário, quando nós assinamos a CPI, é buscar soluções também para o futebol brasileiro, não só meramente a questão econômica, é lógico. Mas, por esse outro contrato, o último, que foi um pré-contrato, que não foi assinado, eu não sei se um jogo da Seleção Brasileira vai valer tanto em 2018 pelo jeito que nós estamos. Nós somos loucos por futebol, mas ninguém vai ser internado no hospício por causa do futebol.

Mas eu queria só saber de uma coisa: o contrato da ISE com a CBF... Há outros contratos da ISE com outras federações mundiais ou só com a Confederação Brasileira de Futebol? Você tem conhecimento?

O SR. JAMIL CHADE - Obrigado pela pergunta, Senador. Eu desconheço se ela tem um contrato com outras federações nacionais. Eu sei, e isso, na verdade, também é um documento que eu posso depois fazer chegar até o Senador...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) - Isto seria importante, se você tivesse, para a gente fazer comparativos, porque isso é importante demais para a gente.

Os contratos que a Confederação Brasileira de Futebol tem com qualquer outra agência que seja, não só a ISE, mas com fornecedor de material desportivo, com televisão, com quem quer que seja, nós fazemos comparativos com outros, até porque nós estamos num *ranking* bem alto, o futebol brasileiro, correto? Então, seria importante termos essas informações, Presidente Romário, para podermos fazer comparativos. Não é possível que a Federação Peruana de Futebol - ou a boliviana - tenha um contrato melhor do que a CBF. Esse é o meu imaginário: quanto melhor, mais difícil e mais caro é, e o futebol brasileiro, apesar das grandes dificuldades, ainda é uma vitrine internacional, pelos jogadores que produz.

E a outra questão...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Senador, só um detalhe sobre essa empresa, a ISE.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) - Esse cidadão do Barcelona não foi o seu presidente quando você jogou lá, não? (*Risos.*)

Não foi não, né? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Essa empresa - se eu entendi bem, nas palavras do jornalista Jamil - acaba sendo uma empresa fantasma. Na verdade, ela não tem um endereço físico, mas apenas um endereço de caixa postal.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) - A outra pergunta era essa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Então, eu tenho certeza de que essa empresa não tem nenhum tipo de contrato com nenhum outro tipo de seleção, porque essa empresa, na verdade, não existe. Só existe para a CBF.

Mas, por favor, prossiga.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) - Também é muito difícil a gente entender como uma empresa saudita que tem 38 mil funcionários mantém sob sua asa uma empresa fantasma. Certo? É muito pequeno, para uma empresa com 38 mil funcionários, manter uma empresa fantasma como a ISE. Essa é a questão. Eu fiz a primeira pergunta para saber se há outros, para que a gente chegue realmente.

Não é proibido a ninguém ter uma empresa em lugar nenhum do mundo. Pode-se ter uma empresa em qualquer lugar do mundo. Isso ainda não é proibido. Nem tudo que é feito em Cayman é errado. Há coisas que devem ser certas lá. Eu não conheço, não tenho conta, não sei nem onde fica, mas estou colocando aqui.

O valor que foi repassado para a CBF, nesses anos de contrato, de 2002... Não é isso? Começa em 2002...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) - De 2006 até 2012. Quanto foi repassado para a ISE e quanto a ISE ganhou com esses contratos? Você tem isso, Jamil?

O SR. JAMIL CHADE - Olha...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) - Desculpe-me por te chamar de Jamil.

O SR. JAMIL CHADE - Por favor, Excelência.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) - Alguém ganhou. Em seis anos, a ISE deve ter feito um faturamento e a CBF também, correto? Era isto que eu queria saber: foi X para a CBF e X para a ISE. Acho que, neste mundo em que vivemos, todo mundo tem que ganhar dinheiro; ninguém está aí para perder dinheiro ou fazer favor para os outros, principalmente nessa área. É lógico que a ISE não pode ganhar mais do que a CBF. É um número sobre o qual queremos ter informações. Se não for por você, que fez a matéria jornalística, muito bem feita, nós aqui, na CPI, iremos procurar saber se houve prejuízo, quem lucrou com isso. Se houve algum tipo de fraude, não foi tirando os recursos da CBF diretamente, mas via contrato com a empresa. É muito mais fácil o cara deixar o dinheiro lá fora do que entrar no Brasil e depois sair, no imaginário do negócio deles.

Então, eu não sei se V. S^a, Jamil, tem esses números, esses valores, que devem ser altíssimos. Você colocou que um jogo da Seleção valeria US\$1 milhão. Só com contratos de publicidade altíssimos para se ter lucro assim. Só o número de pessoas que você coloca em um estádio não dá para cobrir uma conta dessas, em lugar nenhum do mundo.

O SR. JAMIL CHADE - Obrigado, Senador.

Só tentando organizar as minhas respostas, em primeiro lugar, eu desconheço se a ISE tem ou não relação com outra federação nacional. Eu desconheço. Esse contrato não diz nada, e eu desconheço, sinceramente, se ela conta com algum tipo de outra atividade no futebol. O que, sim, foi, inclusive, já publicado, e, portanto, é de domínio público, é um dado que a própria CBF já divulgou mostrando que, no início, no período inicial, entre 2006 e 2012, a Seleção, a CBF recebia um cachê de US\$1,1 milhão por jogo, isso vindo da ISE. Esse é o valor que a CBF receberia por jogo. É bastante... É um dinheiro, como o senhor disse, substancial, que tem uma base nos contratos comerciais, obviamente, na exploração comercial. Esse é o cachê que a ISE paga à CBF em troca de direitos exclusivos para explorar a Seleção Brasileira.

Eu insisto: a palavra "explorar", nesse caso, eu não estou usando de uma forma negativa. "Explorar", de fato, significa vender direitos de imagem, vender a bilheteria, etc.

Em 2012, esse contrato foi renovado até 2022. E também - isso é do conhecimento público porque foi publicado, de fato, eu diria, em mais de dois jornais, pelo que eu me lembro - o novo contrato era inferior ao contrato inicial. No novo contrato de 2012, a CBF receberia US\$1,05 milhão por partida, e não US\$1,1 milhão. Desconheço o motivo dessa diferença, sinceramente.

A última questão que o senhor colocou diz respeito à dimensão da ISE e das Ilhas Cayman. Como eu disse no início, concordo com o senhor, não cabe a mim dizer se esse é um contrato legal, se é uma atividade legal ou ilegal. Absolutamente. Eu só posso constatar que o contrato confidencial que a CBF manteve por dez anos - o contrato começou em 2006, primeira vez em que isso saiu na imprensa, e esse contrato foi dez anos depois -, esse contrato confidencial estabelecia como endereço uma empresa, uma caixa postal nas Ilhas Cayman. Não posso ir além.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Dr. Jamil, V. S^a já concluiu?

O SR. JAMIL CHADE - Concluo e entrego os contratos ao senhor e insisto em um ponto: o que liga, na verdade, esses três contratos? O fato de que eles mostram, a apuração mostra uma relação contratual de exploração da Seleção Brasileira em diferentes níveis, em diferentes contextos, em diferentes relações comerciais. Mas é isso que demonstra. Um deles, o primeiro, é entre a ISE e a CBF, o segundo é entre a ISE e o Sr. Sandro Rosell e o terceiro é entre uma empresa que operacionalizava os jogos e agentes intermediários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Muito obrigado, Sr. Jamil.

Esses contratos são originais?

O SR. JAMIL CHADE - Sim, senhor. Posso, inclusive, passar por USB, onde eles estão também...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Muito obrigado pela participação do senhor. Na verdade...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) - Sr. Presidente, o senhor pode disponibilizar a cópia do contrato?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Claro, sem problema.

Enquanto o jornalista Juca Kfoury não chega, passo a palavra ao nosso Relator, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - Bom dia a todos e a todas!

Primeiro, quero registrar a importância dos depoimentos, das informações e das contribuições aqui apresentadas pelo Dr. Jamil Chade, jornalista, pelo Dr. José Cruz, jornalista, e pelo Dr. Maurício Joseph Abadi e registrar, Sr. Presidente, que um dos pontos foco da investigação da CPI é exatamente essas posturas da CBF.

A gente definiu, no conjunto do trabalho, que esse não seria o único ponto, mas, sem dúvida, ele é fundamental para que possamos, efetivamente, ter conhecimento e ajustar os procedimentos da CBF, das federações, do futebol brasileiro daqui para frente.

Eu fiz aqui algumas anotações e queria que a Comissão tomasse nota. Ao final da reunião, eu queria apresentar um requerimento solicitando da CBF o contrato original e adendos que existirem entre a CBF e a ISE - portanto todos contratos que ainda não tenham sido divulgados - e quero pedir também à CBF o contrato entre a ISE e a Uptrend, assim como os adendos. Posteriormente, vamos solicitar as justificativas. Queremos, primeiro, conhecer primeiro o contrato para, depois,

ter justificativas do porquê desses contratos e da expertise dessas empresas. Mas isso será uma decorrência exatamente da análise do objeto dos contratos.

Queremos pedir também os contratos entre a Plausus e as entidades que foram registradas - queremos que a CBF nos encaminhe essa questão -, que a CBF nos encaminhe, desde que assinou o contrato, em 2002, quanto recebeu de remuneração dessas empresas e que a CBF nos encaminhe as bilheteria dos jogos da CBF que foram efetivamente promovidos por essas empresas. Ou seja, nós temos uma ideia efetiva das datas, das bilheteria, enfim, e perguntamos se a CBF tem conhecimento da informação da venda de direito de imagem, por parte dessas empresas para com o mercado, onde houve os jogos.

Portanto, o que nós queremos fazer, na verdade, é, além de ter conhecimento dos contratos, um cruzamento de fluxo financeiro entre a remuneração da CBF e entre a comercialização do nome CBF, do nome Seleção Brasileira, enfim, de todo esse processo de rendimento que foi auferido nessas questões.

A partir do conhecimento do contrato, nós vamos oficializar para tentar ter outras informações. Mas entendo que esse é um ponto importante de partida para que a gente possa, efetivamente, analisar essas denúncias, esses posicionamentos, que já são de conhecimento de toda a sociedade, pelo menos de quem acompanha diretamente essa questão, e, portanto, para que a gente possa ter instrumentos.

Chegando esses contratos, nós vamos disponibilizá-los a todos os membros da Comissão e, a partir daí, trazer, Presidente Romário, para a discussão essas informações e os pedidos complementares de informação que serão feitos à CBF e às empresas, apesar de elas serem empresas internacionais e, em tese, a legislação brasileira não alcançá-las.

Entendemos que a CBF tem a obrigação, já que contrata, de ter um acompanhamento e que as informações possam ser prestadas à CPI.

Então, era essa a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Inclusive, Senador Romero Jucá, já que V. Ex^a está pedindo esses contratos com essas empresas que foram citadas pelo jornalista Jamil, eu acredito que é de bastante importância a gente pedir todos os contratos que a CBF tem com todas as empresas, inclusive com as nacionais.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - Exatamente, contratos de material esportivo, enfim, que tipos de contrato geram a venda da marca Seleção Brasileira e que receitas auferem esses contratos, ano a ano, nos últimos dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Muito bem.

Eu passo a palavra agora para o Senador Vice-Presidente desta Comissão Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) - Sr. Presidente, cumprimentando todos que atenderam o convite desta Comissão, o jornalista José Cruz, o jornalista Jamil Chade e também o advogado Maurício Abadi, quero dizer que ouvi, lamentavelmente, apenas o Jamil Chade; não pude ouvir o jornalista José Cruz, porque me encontrava em um outro compromisso. Mas eu queria, antes mesmo de fazer um questionamento, dizer ao Senador Jucá que talvez fosse interessante nós solicitarmos também ao Coaf que informasse a esta Comissão todos os pagamentos feitos para o exterior oficialmente registrados no Coaf e que foram endereçados a essa empresa que tem sede em outro país, porque, pelo o que eu ouvi da manifestação do jornalista Jamil, ele tem o contrato, mas ele não tem o fluxo de pagamentos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - Na verdade, pelo que eu entendi, essas empresas são contratadas, pagam à CBF um valor fixo, que foi reduzido...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) - Ou que seja então...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - Toda movimentação é externa, essa movimentação... A CBF não paga às empresas, a CBF cede o direito de imagem, de organização dos jogos. Portanto, essas empresas no exterior vendem esses direitos e pagavam US\$1,1 milhão e agora pagam US\$1,05 milhão. Portanto, o que ingressa líquido para a CBF é isso.

O que é que nós temos que fazer? Nós temos que cruzar as receitas auferidas e, a partir daí, ver a compatibilidade entre esse valor recebido e o valor aquinhado por essas empresas na movimentação externa. Nós não vamos ter acesso a ela, mas nós poderíamos pedir ao Coaf a informação sobre que tipo de movimentação se fez, se houve pagamento externo. Não acredito que haja, mas podemos solicitar.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) - Já que essa empresa remete recursos para a CBF, eu não saberia dizer se o Coaf teria como informar outros pagamentos que a empresa tenha feito...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - Coaf e Banco Central.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) - ...em favor de outros beneficiários no Brasil.

É provável que a empresa que está lá, no exterior, vende direitos promove os jogos, tem um faturamento por isso e destina uma parcela dos recursos para a CBF, conforme o contrato, mas o que me interessa saber...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - Podemos solicitar.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) - ... é quem mais, no Brasil, ganha dinheiro dessa empresa, quem são outros beneficiários que ela tem aqui porque, se ela faz a promoção do jogo no mundo, ela também deve ser incumbida de fazer a promoção do evento esportivo no Brasil. Então, alguém no Brasil, seja uma empresa de comunicação, seja uma empresa de *marketing*, seja uma empresa de serviços, também deve ter pagamentos recebidos daquela empresa contratada. E, como não temos como descobrir o quanto aquela empresa contratada pagou, para uma empresa de *marketing* da Alemanha, para citar como exemplo, deveríamos tentar descobrir o quanto ela pagou para uma empresa de *marketing* no Brasil, já que o jogo da Seleção Brasileira interessa muito mais ao Brasil do que a qualquer outro.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - Vamos acrescentar o pedido de informações...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) - E aí vamos descobrir quem, no Brasil, tem uma interligação com a CBF e com essa empresa, porque duvido que a empresa tenha o contrato com a CBF e não contrate ninguém no Brasil para a promoção do jogo ou para a promoção do evento. Alguém aqui ganhou dinheiro com isso também, e não nos causará surpresa se esse alguém tiver alguma relação muito próxima com a própria estrutura de direção da CBF. Então, apenas como sugestão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - Será acrescentado. Vamos solicitar também ao Coaf...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) - Já que todo dinheiro que entra no Brasil tem que passar pelo Banco Central também...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - ... e ao Banco Central.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) - ..., tanto o que sai quanto o que entra, vamos conseguir saber, nesse prazo, tudo isso.

Essa é uma sugestão para o Relator colocar no requerimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - Sugestão acatada e inserida.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) - O jornalista Jamil falou que o Presidente do Barcelona, em entrevista que deu a uma emissora local, na Espanha, não deu informações sobre quais serviços prestou. Evidentemente, o pagamento ele deve ter recebido. Essa é outra informação que temos que checar depois. Mas a questão é a seguinte: o senhor sabe me dizer se aquele dirigente esportivo tem algum tipo de serviço prestado a outra confederação ou a outras empresas na mesma atividade? Causa-me espécie que um presidente de um clube de futebol preste serviços a uma empresa contratada por uma confederação de futebol de outro país. Isso é como o cara da Coca-Cola trabalhar para a Pepsi-Cola indiretamente. Seria demitido no dia seguinte se fosse descoberto. Quer dizer, não faz muito sentido ele ser espanhol - penso que é espanhol, porque é Presidente do Barcelona - e prestar serviços em favor da Seleção Brasileira, ultrapassando... Imagine o dia que o Brasil jogar com a seleção da Espanha! Como fica esse sujeito? Ele vai ficar realmente em uma posição muito estranha. E, como ele não foi claro na entrevista, pergunto se o senhor tem alguma informação sobre o fato de ele prestar serviços a outras confederações, a outras empresas, em favor de um futebol que não seja o espanhol.

O SR. JAMIL CHADE - Obrigado pela pergunta, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) - Sr. Presidente, eu poderia já fazer as minhas perguntas e ele responder em bloco, para facilitar?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Na verdade, a ordem seria o Senador Jucá, Relator da CPI, e, depois, o Presidente. Mas, como eu disse na semana passada, esta aqui é uma CPI mais que democrática. V. Ex^a pode, depois do Senador Helio José, fazer suas perguntas, sem problema algum.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) - Obrigado, Senador Romário.

Senador Wellington Fagundes, eu era o primeiro inscrito, depois o Omar e depois V. Ex^a. Por isso o Senador Romário me passou a palavra.

Quero perguntar ao nosso querido jornalista Chade, correspondente do *O Estado de S. Paulo*, o seguinte: você, que acompanha a Fifa de perto, teria algum outro indício de que as irregularidades estariam acontecendo há muito tempo? E há quanto tempo você teria esses outros indícios além dos que coloca aqui?

Eu queria dizer que eu acho de altíssima relevância as suas informações. É muito esquisita essa questão de haver uma sede em uma caixa postal e, também, outra sede fantasma operando tantos recursos financeiros, tantas situações. Isso, no mínimo, terá que ser muito bem explicado para nós aqui quando formos falar com as pessoas responsáveis por isso.

Então, é sintomática essa questão.

Eu queria dizer ao Cruz o seguinte: Cruz, você praticamente informou muito pouco aqui para nós. Nós esperávamos mais, porque você é um cara que acompanha a CBF há muito tempo, num portal importante como o UOL, e sabe da complexidade de todo esse processo. Assim, nós acreditávamos que você, pela sua maturidade, pelo seu convívio diário com isso, poderia ter trazido mais indícios para nós, mais informações, uma vez que você conhece historicamente o futebol brasileiro.

Além do ex-Presidente da CBF José Maria Marin, outros dois brasileiros são citados pela Justiça norte-americana no escândalo de corrupção entre a Fifa e as empresas de *marketing* e transmissão esportiva. O mais conhecido deles é o réu confesso José Hawilla, de 71 anos, dono da Traffic Group, maior agência de *marketing* esportivo da América Latina, que tem os direitos de transmissão, patrocínio e promoção de campeonatos de futebol e jogadores, além de empresas de comunicação no Brasil.

Vocês, que acompanham o futebol, já desconfiavam do fato de haver propinas para conseguir o direito de transmissão dos jogos?

Estou perguntado isso para você, mas o Jamil também pode aproveitar e responder.

Eu me sinto contemplado, Senador Romero Jucá, nosso Relator, quando V. Ex^a diz que vai incorporar a solicitação de todos os contratos, inclusive os feitos com empresas brasileiras. É fundamental essa colocação, do nosso Senador Paulo Bauer, de sabermos as movimentações que o Coaf e o Bacen registraram, porque, dessa forma, nós poderemos aferir o que houve de verdade com relação a toda essa questão, a todos esses contratos.

E eu queria saber também do nosso querido José Cruz por que razão ele avalia que não é interessante chamarmos os presidentes de federações aqui para darem esclarecimentos, uma vez que há muitas questões em torno das federações brasileiras, muitas questões confusas, e a gente precisa aproveitar a oportunidade também para apurar aqui.

De qualquer forma, eu queria entender por que V. S^a disse aqui que não há necessidade de nós chamarmos os presidentes das federações.

Era isso, nobre Presidente.

Fico aqui no aguardo das respostas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Muito obrigado, Senador Hélio José.

Passo a palavra agora ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) - Sr. Presidente, Sr. Relator, espero que esta CPI realmente se traduza em melhorias para o futebol brasileiro, dada a grande expectativa que os brasileiros têm naquele que é o nosso maior esporte e que, talvez, a maior forma de divulgação deste País é o futebol.

Nós estamos, agora, votando a reforma política, cujo Relator também é o nosso Senador Romero Jucá, e um dos assuntos que lá estamos votando é o fim da reeleição para cargos do Executivo. Eu fiz, ainda quando Deputado, um projeto no sentido de acabar com a reeleição em todas as entidades brasileiras. Esse projeto não foi aprovado por ter sido considerado inconstitucional, visto que, em empresas privadas, como é considerada, por exemplo, a CBF, nós não poderíamos interferir.

Agora, como Senador, estou estudando fazer um projeto no sentido de que, naquelas instituições que recebem recursos públicos também, da mesma forma, o processo eleitoral seja tal como o processo eleitoral político partidário que deveremos em breve votar, isto é, proibindo-se também a reeleição. Está provado que a perpetuação no Executivo, após vários mandatos, tende a levar a vícios e a outros tantos problemas.

Por isso, eu acho que o Senador Romero Jucá deve estar debruçado sobre esse tema, porque é um aspecto que eu gostaria, quem sabe até, fosse resultado de uma discussão nossa na conclusão da CPI.

Sobre essa questão da reeleição nas federações, todos sabem que hoje nós temos federação com o mesmo presidente há mais de 25 anos, 30 anos. E é um clube extremamente fechado, onde a escolha da CBF se dá por um quórum muito estreito, muito pequeno e com essa situação que acaba sendo, digamos, até cartelizada.

Estou colocando isso aqui, Relator, se o senhor quiser fazer algum comentário sobre o assunto...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - Só para registrar...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) - Até porque a CBF agora também colocou...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - Só para registrar...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) - ...como campanha da eleição agora acabar com a reeleição.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - Só para registrar, a medida provisória aprovada há poucos dias aqui já permite apenas uma reeleição. Então, na verdade, já acabou com a eleição indefinida das federações, o que já é um avanço. A medida já foi sancionada pela Presidenta Dilma, que fez exatamente o parcelamento de débitos, de dívidas, o controle de gestão de acompanhamento dos clubes e, nesse processo, já acabou com a reeleição indefinida, dando direito a apenas uma reeleição.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) - Mas nós temos outras entidades que não foram pegadas pela medida provisória, várias outras. Por exemplo, nós temos o Ecad, que hoje é uma situação - já tivemos uma CPI aqui - que não conseguimos, a nosso ver, resolver, e aí há outras tantas. Só era um comentário.

Eu quero aqui fazer a minha primeira pergunta, exatamente nessa linha, ao jornalista José Cruz. V. S^a há muitos anos tem escrito acerca da corrupção no futebol, especificamente na CBF. Falta transparência na comprovação do uso de verbas recebidas pela CBF provenientes da FIFA e de contratos de patrocínio, como já foi falado aqui inclusive, assim como não há controle sobre como é utilizado o dinheiro repassado pela CBF às federações. Gostaria que V. S^a falasse a respeito dessa prática que, em suma, tem servido para perpetuar dirigentes por meio de favores concedidos. Além disso, em sua opinião, qual seria a solução para que o repasse de verbas às federações não se configure um meio de fornecimento de vantagens pessoais?

Também aqui ao jornalista Jamil: no início de julho deste ano, a Justiça americana pediu a extradição de José Maria Marin, preso em Zurique, na Suíça, onde V. S^a trabalha muito, tem experiência. Nos Estados Unidos, Marin foi indiciado por corrupção, lavagem de dinheiro, fraude e recebimento de suborno, podendo pegar até 20 anos de prisão caso seja condenado. V. S^a possui uma vasta experiência como correspondente internacional do jornal *O Estado de S. Paulo* em outros países e principalmente nesse caso. Gostaria que o senhor nos apresentasse a sua visão acerca do processo de extradição aclarando de quais recursos dispõe o senhor Marin para retardá-la e como a Justiça suíça tem sinalizado nesse caso específico. Além disso, em sua opinião, qual a melhor maneira para se proceder às investigações que envolvam indiciados presos em outros países?

É isso, Sr. Presidente. Tenho outras perguntas, mas os outros jornalistas ainda virão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) - Só queria perguntar ao nosso nobre Senador Romero Jucá: nessa proibição da reeleição, de que eu não estou lembrando bem, para aqueles que já se vêm perpetuando, já está contando aquele prazo ou não?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - Não. O que foi definido é que qualquer federação terá um mandato de quatro anos com direito a uma reeleição. Esse é o texto da medida provisória. Serve não só para o futebol, mas também para os outros esportes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) - Sr. Relator, é mais uma curiosidade que me surgiu aqui agora: eu acredito que as federações não podem fazer repasse nas campanhas; acredito, não sei se é isso. Em caso realmente... Como se dá esse processo, se é possível essas federações... Ou se a gente também vai adentrar esse assunto?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - Não. Eu não conheço, eu não conheço o assunto campanha de federação...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) - Se é proibido...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - Mas, em tese, não é proibido por serem empresas privadas. No fundo...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Eu gostaria de pedir ao Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente desta Comissão, que presida esta CPI durante os próximos dez minutos. Terei de dar um pulinho na CE para abrir a reunião e já volto.

O jornalista José Cruz e o jornalista Jamil podem ficar à vontade para responderem às perguntas dos Senadores.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) - Ficam também livres os jornalistas para fazerem o comentário em relação a esse aspecto, se tiverem algum conhecimento.

Gostaria pudesse ser acrescido não só nas campanhas dos políticos, mas também das federações; se coincidentemente a CBF repassaria; se vocês têm conhecimento, nas campanhas das federações, se existe esse vínculo específico para a campanha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) - Concedo a palavra ao jornalista Jamil Chade para responder aos questionamentos.

O SR. JAMIL CHADE - Senadores, muito obrigado, uma vez mais, pelas perguntas. Vou respondê-las pela ordem dos comentários.

Primeiro, sobre a situação do Sr. Rosell, na Espanha - na verdade, foi a pergunta do senhor mesmo, Sr. Presidente: se ele tem outras relações com outras federações e qual a situação dele.

Bem, pelo estatuto do Barcelona, quem assume a sua presidência precisa desfazer-se de empresas que possam ter algum tipo de conflito de interesse com a presidência do Barcelona. Ele, de fato, apresentou, durante a campanha, como se desfez de várias dessas empresas.

Quando essa reportagem foi publicada em *O Estado*, em 2013, a pressão sobre Sandro Rosell, na Espanha, cresceu de uma forma bastante significativa, porque essa não era uma empresa conhecida ou, pelo menos, naquele momento, não era de conhecimento público se ela tinha sido desfeita ou não.

Então, quanto à pergunta sobre Sandro Rosell, desconheço se ele conta com outros acordos parecidos com outros lugares ou outras seleções pelo mundo. Nesse caso específico, o caso, sim, criou algum constrangimento, tanto que ele deu essa entrevista a uma rádio local, para tentar dar um esclarecimento sobre isso. Vale lembrar que, alguns meses depois, ele caiu. Essa foi uma situação do Sr. Sandro Rosell.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) - Só uma informação. Qual foi o período de presidência do Sandro Rosell no Barcelona?

O SR. JAMIL CHADE - Precisaria checar, Senador, mas coincide pelo menos com essa relação comercial com a ISE. Isso sim.

O senhor perguntou se eu tinha outro conhecimento de algum indício de corrupção na FIFA, etc. Como disse no início da minha apresentação, só posso falar de fatos, e os fatos, sim, apontaram que, no início deste século, entre o ano 2000 e 2001, um grande caso eclodiu, que foi o da ISL, envolvendo diretamente Ricardo Teixeira e o Sr. João Havelange.

Esse caso teve uma repercussão muito grande dentro da FIFA. Isso gerou, de alguma forma, inclusive, que Havelange fosse citado em processos de auditorias internas da própria FIFA. Esses também são documentos públicos. Também posso fazer com que eles cheguem à Comissão.

Enfim, existem, sim, não só os indícios, mas processos que apontaram para a corrupção na FIFA antes desta atual história que estamos ainda vivendo, iniciada em maio deste ano. Então, sim, existiu.

O senhor perguntou se eu desconfiava. Eu insisto. Não tenho como saber. Não tenho como dar aqui um juízo de valor ou uma opinião. Gostaria de ater-me aos documentos e aos fatos que consegui apurar.

Uma coisa bastante importante na apresentação desses três documentos: não é só o local onde essa empresa tem a sua caixa postal, mas a triangulação existente entre essas relações comerciais. Mesmo as empresas têm diferentes relações comerciais, e - insisto - o que une todas essas empresas, todos esses contratos, é a exploração da marca Seleção Brasileira. Insisto e repito, porque essa palavra pode causar algum tipo de confusão: a exploração, no sentido comercial, legítima, mas o fato é de que, sim, existe algum tipo de triangulação.

Sobre a reeleição, Senador, esse é um tema na pauta atual da reforma da FIFA inclusive. A FIFA quer uma reforma adotada até fevereiro do ano que vem, até fevereiro de 2016, e um dos pontos principais da reforma é limitar os mandatos.

Agora, o que a FIFA diz sobre limitar mandatos? Não adianta limitar apenas o mandato do presidente da FIFA. Todos os membros do Comitê Executivo da FIFA também precisam ter os seus mandatos limitados. Para que isso aconteça, todas as confederações regionais - a Conmebol sul-americana, a Uefa europeia - precisam estabelecer limites de mandatos. Para que as regiões tenham limites, as federações nacionais também precisam ter limites. Então, é algo que está, sim, na pauta. Eu gostaria só de fazer uma colocação também importante para mostrar que não é só no Brasil que se debate isso. A Uefa, hoje, a potência que é a Uefa, hoje, não tem limite de mandatos para o seu presidente. Então, não é só no Brasil ou na Conmebol em que esse debate existe.

Para completar, quero falar sobre a situação do Sr. José Maria Marin, sobre o processo. Vou fazer só uma recapitulação bastante breve. No dia 27 de maio, ele foi preso no hotel Baur au Lac em Zurique, mas o pedido de prisão e o pedido de extradição do Departamento de Justiça americano chegaram à Suíça no dia 22 de maio, cinco dias antes, na verdade, da própria prisão. O Departamento de Justiça da Suíça avaliou o pedido e chegou à conclusão de que existia base para fazer a prisão e a própria extradição. Eu conto com documentos do próprio Departamento de Justiça da Suíça, que eu também posso fazer chegar aos Senadores, sobre essa situação inicial.

Por que é importante falar dessa situação inicial? Porque os suíços não fizeram essa prisão para depois avaliar se ela tinha fundamento ou não. Eles fizeram essa prisão já baseados no fato de que entenderam que a denúncia americana, o indiciamento americano, tinha base. Isso está em documentos do Departamento de Justiça da Suíça que eu faço questão de passar para os senhores. Esse é o primeiro aspecto.

Segundo aspecto: o que vai acontecer agora? Entre o final desta semana e o começo da semana que vem, o Departamento de Justiça na Suíça vai declarar oficialmente se extradita ou não o Sr. José Maria Marin aos Estados Unidos.

Ele conta com duas possibilidades ainda de recurso. Ele pode, primeiro, apresentar um recurso a um tribunal local em Zurique que vai avaliar o recurso, mais ou menos, por cerca de dois meses. Terminado esse recurso e caso o tribunal volte a confirmar a sua extradição, ele ainda pode apresentar um segundo recurso. Aí, o caso vai o Supremo Tribunal na Suíça e vai levar mais uns dois ou três meses. Por isso, os próprios suíços falam que esse caso, se o Sr. José Maria Marin esgotar todos os recursos, estaria concluído só final do ano ou no começo do ano que vem. Enquanto isso, os suíços o mantêm em prisão.

Por que isso? Porque, na verdade, outro dirigente que também está preso, Sr. Eugenio Figueredo, que era Presidente da Conmebol, entrou com um recurso para aguardar em liberdade esse período de extradição, o que foi negado. Nessa decisão de negar a liberdade condicional ao Sr. Eugenio Figueredo, a Justiça suíça foi muito clara dizendo que aqueles dirigentes que foram presos no dia 27 de maio não têm uma relação com a Suíça que garanta que não haja o que eles chamam de perigo de fuga. Então, é por esse motivo que a nenhum outro dos cartolas, pelo menos por enquanto, será dado qualquer tipo de benefício. Ele fica na prisão - pelo menos esta é a perspectiva dos suíços - até o final desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Muito bem, Sr. Jamil.

Passo a palavra ao jornalista Sr. José Cruz.

O SR. JOSÉ CRUZ - Bom, inicialmente, eu lamento, Senador Wellington, que não tenha sido tão bombástico quanto o senhor aguardava o meu depoimento, mas eu conversei com o Jamil antes, logo que ele chegou aqui - chegamos conversando -, e, diante dos documentos de que ele dispõe e da presença do Juca Kfourí, que neste momento está chegando ao plenário... *(Pausa.)*

Retomando o questionamento do Senador Wellington, diante dos documentos que o jornalista Jamil trazia e diante dos conhecimentos que o jornalista Juca Kfourí tem sobre o assunto, procurei ser mais sucinto e até provocar dor, no sentido de mostrar que a CPI tem dois segmentos e, num determinado momento, vai ter que fazer opção. Um, é a CPI do Futebol, o título que se dá à CPI, mas que, inevitavelmente, em determinado momento - e isso está acontecendo já na primeira sessão - terá que chegar na CBF, que é a grande gerente, a grande administradora, a grande gestora do futebol brasileiro.

Procurei demonstrar também que se torna inevitável, porque, em 60 anos de gestão, nós tivemos apenas quatro presidentes, todos quatro envolvidos em processos e respondendo a processos com demissões e prisões. Então, procurei ser provocativo nesse sentido.

O companheiro Jamil, com os documentos que trouxe, complementou, mostrando que os negócios da CBF são feitos, inclusive, com empresas suspeitas, em paraísos fiscais, o que, na minha avaliação, torna indispensável que se chegue à abertura das contas da CBF desses negócios. Afinal, não é só sobre os contratos, como propôs o Senador Relator Romero Jucá, mas em nome de quem eram feitos esses depósitos? Em nome de quem eram feitas essas transferências dos contratos entre a CBF e as empresas estrangeiras que negociavam a marca Seleção Brasileira?

Nós não podemos esquecer que há um processo tramitando - se não me engano, no Rio de Janeiro - em que uma das empresas patrocinadoras da CBF depositava o valor do patrocínio na conta de Wagner Abrahão, que era também um dos empresários que negociava as viagens da Seleção Brasileira. Então, há negócios muito íntimos e suspeitos entre essas pessoas, negócios, inclusive, que evoluíram depois, mais recentemente, para transações mobiliárias com o atual presidente. Conforme a empresa revelou recentemente, sugere sonegação fiscal, enfim, um outro processo.

Então, procurei demonstrar, Senador Hélio José, que, 14 anos depois das duas primeiras CPIs, nós estamos novamente diante de uma realidade, e a CBF está no foco, agora com documentos internacionais valiosos, não só já demonstrados,

tão graves que mantêm, inclusive, um ex-presidente preso até hoje, como acabou de narrar o nosso visitante, o jornalista Jamil. Então, foi nesse sentido que procurei ser mais provocativo.

Sobre as federações. As federações historicamente, não só no futebol, como nas demais modalidades, dão sustentação ao sistema. Essa perpetuação de presidentes ocorre porque os presidentes de federação também se perpetuam e são beneficiados por recursos que são repassados, porque elas são instituições que pouco arrecadam.

Nesse aspecto, o Senador Wellington Fagundes perguntou sobre como tornar isso mais transparente, etc. Justamente, os negócios do esporte em geral, do futebol em particular, são muito escondidos. Embora eles tenham que publicar balanços, se qualquer um dos senhores pegar um balanço, verão que ali não se encontra, por exemplo, o valor do salário dos dirigentes, que hoje, na maioria dos casos, fora o futebol, é pago com dinheiro público. Daí por que a medida provisória recentemente aprovada - e também foi motivo de debate aqui - foi uma iniciativa dos atletas...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) - Como é esse dinheiro público?

O SR. JOSÉ CRUZ - Dinheiro público via Ministério do Esporte, via Lei de Incentivo, via Lei Agnelo/Piva, via convênios do Ministério do Esporte...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CRUZ - Desculpe.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) - Das estatais.

O SR. JOSÉ CRUZ - Sim, das estatais que patrocinam o esporte.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) - E pouca gente sabe disso também, não é?

O SR. JOSÉ CRUZ - Olha, é um dos assuntos que eu mais tenho me batido ao longo dos anos que eu escrevo. E lhe dou até um exemplo: o Ministério do Esporte - abrindo um parêntese aqui no assunto futebol, ainda porque estamos falando de esporte em geral - repassa recursos às confederações de vôlei, de basquete, de tênis, de natação etc. Diante da dificuldade de gerir esses recursos, porque a legislação é muito rígida, exigindo licitações etc., o Ministério permite, através de legislação específica, que 30% desses recursos, liberados para promover treinamentos, viagens e competições, sejam usados na contratação de empresas que façam a gestão desses recursos, empresas experientes na gestão de recursos. No Rio de Janeiro, a Polícia Federal está investigando uma máfia formada por essas empresas, que fraudam licitações, que usam empresas de fachada, empresas fantasmas. E imaginem: de dois milhões repassados à natação ou ao judô, por exemplo, o que representam 30% para o esporte brasileiro em termos de prejuízo para os cofres públicos?

E lhe dou mais um exemplo, voltando agora ao futebol: quando repórter, eu fiz uma matéria no campo do Brasiense Futebol Clube, aqui na cidade de Taguatinga. Naquela época, os clubes deveriam repassar 5% da sua arrecadação para o Fisco, para o INSS - isso antes de nós termos a atual legislação, que refinanciou a dívida dos clubes. E eu fiquei do lado de fora do campo fazendo o acompanhamento do movimento de bilheteria e tesouraria daquele jogo - um jogo noturno com o Goiás. Estádio lotado, com algo em torno de 25 a 30 mil pessoas. Pois bem, nós tivemos ali dois borderôs, conforme eu publiquei no *Correio Braziliense*: um deles, o oficial, que era enviado à CBF, mostrando que o estádio estava lotado; e outro, fraudado, com um número inexpressivo de pagantes, justamente para arrecadar pouco para a fiscalização em relação ao valor devido pelo clube ao Fisco, ou seja, o que deveria ser pago.

Então, Senadores, Sr. Presidente, Sr. Relator, os negócios do futebol, há muito tempo, são suspeitos, e, quando falo há muito tempo, eu me refiro a 1956, do tempo ainda de João Havelange, que, como eu disse, chegou ao ponto de pedir exoneração do seu cargo de presidente de honra da FIFA, para não ser expulso, e se demitiu também do cargo de conselheiro do Comitê Olímpico Internacional. Este, um ex-atleta, um ex-presidente, o gestor que levou o futebol mundial à situação que nós temos hoje, com representação de mais países que a própria ONU.

Nós vivemos uma situação em que dois dos principais dirigentes que nós tivemos - Havelange e Ricardo Teixeira - foram exonerados pela FIFA, E Ricardo Teixeira acabou se exonerando da CBF.

Então, eu trago esses assuntos, que para mim não são novidade, mas que servem para motivá-los, quem sabe, e incentivá-los a avançar, de forma rigorosa, na questão, principalmente da CBF, porque ela usa uma instituição chamada Seleção Brasileira para fazer negócios altamente suspeitos, como demonstrou o companheiro Jamil com os contratos que trouxe aqui.

Então, além dos contratos que o Senador Romero Jucá solicitará à CBF, eu sugiro seja solicitada também a informação sobre quem recebia o dinheiro desses contratos e onde eram feitos esses depósitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Muito obrigado, Sr. José Cruz.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) - Senador Romário...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Retorno a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) - Sr. Presidente, com essas respostas do Sr. José Cruz, eu gostaria de sugerir ao nosso Relator a possibilidade de convocar o Sr. Wagner Abrahão, para que ele dê esclarecimentos aqui sobre os recursos que recebia de cada um dos contratos, a fim de nos sabermos o montante dessa operação. E seria muito importante também, nos últimos dez anos, porque nós estamos falando em dez anos de apuração, de modo que nós soubéssemos o montante que a CBF repassou a cada federação.

Vocês não responderam aqui para nós a questão colocada sobre se houve algum beneficiário político - e friso político, com toda a ênfase - de dinheiro da CBF.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) - Sr. Presidente, entrando na mesma linha, é claro que toda CPI tem um foco, mas ela acaba, às vezes, buscando outros caminhos também. Eu acho que, pela resposta, seria interessante que a gente soubesse e procurasse saber os recursos que o Ministério repassa para todas as federações, porque, aí, pode desdobrar-se em outra situação pior.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Senador Hélio, eu só gostaria de fazer uma colocação: V. Ex^a pode fazer os seus pedidos através de requerimento.

Há mais alguma resposta?

O SR. JOSÉ CRUZ - Só concluindo: na CPI da CBF, anterior, CBF/Nike e do Futebol, aqui no Senado, em 2001, a quebra de sigilo identificou que a CBF financiou campanhas políticas. Isso está documentado. São dados oficiais. Naquela época. Depois, não soube mais porque o tempo passou e a falta de transparência, não se sabe... Mas a perpetuação - por sinal, isso é até uma citação do Senador Cristovam aqui, recentemente, na Comissão de Esporte - dos dirigentes no poder leva ao vício, à acomodação. Leva ao desgaste. E isso tudo incentiva a que haja negócios suspeitos, contratos suspeitos e corrupção, como nós estamos acostumados a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Muito bem.

Eu gostaria de agradecer aqui a presença do jornalista Juca Kfourri.

Eu, como Presidente desta CPI, tenho absoluta certeza de que sua presença aqui hoje, Juca, é de grande importância e relevância no que se refere ao aspecto futebol. Nós sabemos da sua experiência, ao longo dos anos, sobre esse esporte tão querido no mundo todo, principalmente no nosso País. E sabemos também da sua importante contribuição para que possamos definitivamente repaginar o futebol, melhorar o futebol e, o mais importante, moralizar o futebol. Todos nós sabemos que o futebol vive já há alguns anos, mas, neste momento, um momento muito ruim, muito triste, principalmente depois da prisão do ex-Presidente da CBF, José Maria Marin, e da possibilidade de outras prisões. E eu tenho certeza de que V. S^a tem bastantes coisas a contribuir com a sua presença. Agradeço pela sua participação. Sei da sua vida atribulada, mas quero dizer que é um prazer e uma honra, assim como receber o José Cruz e o Jamil. Eu tenho certeza de que esta Comissão se servirá bastante de todas as informações que serão dadas aqui.

Por favor, com a palavra. V. S^a tem 15 minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) - Muito bom dia a todos.

Eu acho que nem serão necessários esses 15 minutos, Senador Romário.

Eu não me furtaria jamais a estar aqui, convocado pelo Senado do meu País. Eu gostaria muito de ter a mesma crença que você demonstra - tenho dificuldade em chamá-lo de senhor; vai me desculpar - em relação ao que possa sair do resultado desta CPI e vou explicar por quê.

Eu fui ouvido 15 anos atrás, quando houve as duas CPIs, a CPI da CBF/Nike e a CPI do Futebol, uma na Câmara dos Deputados, outra no Senado Federal. Na Câmara dos Deputados, sequer chegou a ser votada, porque a chamada "Bancada da Bola" impediu fosse votado o brilhante relatório do Deputado Silvio Torres, CPI que era presidida por Aldo Rebelo. Impediu que fosse votada com o auxílio de um então Deputado, hoje Senador, que faz parte desta Comissão, Ciro Nogueira, que infelizmente não está aqui para que eu possa dizer isso, com esta franqueza, na frente dele.

A CPI do Senado, brilhantemente relatada pelo Senador Geraldo Althoff, presidida então pelo Senador Alvaro Dias, que infelizmente abdicou de estar nesta CPI para estar na CPI do BNDES, e que teve o mérito inclusive de incorporar boa parte do relatório feito na Câmara Federal.

Na CPI do Senado, só naquela CPI do Senado, o Sr. Ricardo Teixeira foi indiciado 13 vezes. Eu não vou falar dos demais. Houve indiciamentos de presidentes de federação estadual, de empresários, do diabo. Mas eu vou falar apenas do então Presidente da CBF, Ricardo Teixeira. Isso foi em 2001. Durante 12 anos, ele conseguiu, por meio de chicanas, por meio de coisas que a gente sabe que são comuns na Justiça brasileira, ir arquivando um a um desses indiciamentos e não responder, a rigor, a nenhum deles. Nem sequer respondeu à última convocação do Senado, porque, valendo-se de um atestado médico do então Presidente do Fluminense, Horcades, que era seu médico particular, não veio à última inquirição aqui no Senado Federal. Foi necessário - e eu falo isso com pena - que a Justiça suíça o colocasse em seu devido lugar, como agora foi necessário que o FBI colocasse o Sr. José Maria Marin no seu devido lugar.

Então, eu fico cético, cético em relação ao que a gente consiga aqui, nessa medida em que as coisas parecem que, no Brasil, não andam.

Mas eu sou um otimista incorrigível e quero dizer o seguinte: nós acabamos de ter a votação de uma medida provisória, por unanimidade, que virou a Lei do Profut. Um dos artigos que não vingaram dessa lei dizia que a CBF era patrimônio cultural do povo brasileiro, e, por incrível que pareça, a CBF fez o que pôde e o que não pôde e conseguiu, por intermédio dos seus apoios, impedir que esse artigo virasse lei. Por quê? Por temer o Ministério Público.

E eu pergunto se faz sentido que uma entidade como a CBF, sem fins lucrativos, que representa a Seleção Brasileira... É muito curioso a gente observar isto: ela representa o País, é o hino do Brasil que toca quando a Seleção Brasileira perfila, são as cores verde e amarelo que aparecem no uniforme da Seleção Brasileira. Está tudo muito bem até esse momento. Quando se fala em olhar com outros olhos para a CBF, ela argumenta que é uma entidade privada e que não deveria estar sob os olhos do Estado brasileiro. E aí - e esta é uma das dificuldades de você investigar e discutir a CBF - há a desonestidade intelectual também que a caracteriza, porque, aí, ela diz que estamos tentando fazer uma Futebrás no Brasil, que estamos tentando estatizar o futebol no Brasil, quando apenas está-se tentando fazer uma coisa que é rigorosamente óbvia: transformar a CBF em alguma coisa que seja aquilo que ela de fato é, patrimônio do nosso povo e não de alguns poucos - aqui já foi dito, tão poucos que, nos últimos 20 anos, tivemos apenas quatro presidentes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) - Nos últimos 60 anos, exato.

Eu quero deixar claro o seguinte: durante muito tempo eu tive a infelicidade de ser dos poucos jornalistas - estou falando de 40 anos atrás, eu venho de longe, como dizia o engenheiro Leonel Brizola... Há 40 anos, eu era, talvez, uma voz solitária na imprensa brasileira em relação à questão da corrupção que o envolvia. Felizmente, hoje não só não sou uma voz solitária, como tenho o acompanhamento de gente por quem eu tenho a maior admiração e que chegou a me fazer viver a seguinte situação: eu hoje adoro quando Jamil Chade dá um furo, quando o José Cruz dá um furo, quando o Sérgio Rangel dá um furo, quando o Rodrigo Mattos dá um furo e eu apenas tenho que repercuti-lo e não preciso aprofundar a investigação; eles fazem isso. E por quê? Porque, durante muitos anos, eu ouvi dizer que eu tinha problemas pessoais com João Havelange, com Ricardo Teixeira, com Octávio Pinto Guimarães, com Nabi Abi Chedid, com Eduardo José Farah, com Marco Polo del Nero, com José Maria Marin, e eu garanto aos senhores que, na minha frente, jamais xingaram a minha mãe, a minha carteira jamais bateram. Eu não tenho nenhuma razão pessoal para criticá-los, nenhuma.

Até porque estive pouquíssimas vezes na minha vida com eles. Os problemas da CBF são estruturais, não são pessoais. De nada adiantou cair o Sr. Ricardo Teixeira, ter que ir para Boca Raton, quando pego pela Justiça suíça e por investigação no Ministério Público Federal, porque ele, enfim, fez a bobagem do Al Capone. Se o Al Capone foi pego pela Receita, nos Estados Unidos, Ricardo Teixeira foi pego porque o seu sócio, Sandro Rosell, depois presidente do Barcelona, se envolveu, em um amistoso aqui em Brasília (Brasil e Portugal), com dinheiro público. E foi a primeira vez, porque este ensinamento o João Havelange deixou: nada de dinheiro público; nada que o Tribunal de Contas da União possa nos olhar. Mas Sandro Rosell não sabia disso, foi promover um amistoso aqui em Brasília, R\$9 milhões do Governo Arruda, e aí Ricardo Teixeira teve que ir embora. Mas ele foi embora, e quem entrou? José Maria Marin. Onde está? Preso na Suíça.

Eu vou contar rapidamente aqui. Eu nem tinha essa intenção, mas agora me ocorreu que eu talvez devesse contar, só para que os senhores tenham uma noção acerca de quem estamos tratando.

Há algum tempo, dois anos talvez, dois anos e meio atrás, alguém me disse: o José Maria Marin fez um "gato" em uma instalação elétrica no apartamento dele para não pagar conta de luz. O vizinho de baixo é que estava pagando. Pensei: "não há a menor hipótese". Entrou por aqui, saiu por aqui. Falei: aí, não; chega. Já tinha havido o episódio da medalha, que foi público. Eu imputei aquilo ao fato de ele ser já uma pessoa de idade e, eventualmente, sofrer de cleptomania. Enfim, não, não, não. Seis meses depois, eu ouvi de uma outra fonte, circunstanciada, detalhada, de novo, a história do "gato" da

eletricidade, e com o nome de quem teria sido a vítima desse "gato". Um empresário que todos os senhores conhecem: Dr. Paulo Cunha, presidente do grupo Ultra.

Liguei para o Dr. Paulo Cunha. Ele não me atendeu; atendeu um assessor. E eu pedi ao assessor que perguntasse ao Dr. Paulo Cunha se era verdadeiro o episódio que me havia chegado desta maneira: que ele, durante meses, durante seis meses, havia pago uma conta de luz, achando muito alta, até que um dia perguntou para o vizinho quanto ele pagava, e o vizinho pagava cinco vezes menos; aí ele quis saber, chamou lá um técnico e descobriu que havia um "gato". Ele havia comprado o apartamento debaixo do próprio José Maria Marin, que morava em cima.

O assessor, dois dias depois, me liga confirmando a informação: Dr. Paulo Cunha disse que é exatamente verdade e lhe pede um favor, que não publique o nome dele, porque vai ser muito constrangedor; afinal, moram no mesmo edifício, são vizinhos. E eu disse a ele: tudo bem, não há a menor necessidade de publicar o nome dele. Vou dizer que é um empresário importante da vida econômica brasileira. Mas há um problema: caso ele me acione na Justiça, o Dr. Paulo testemunharia a meu favor? Um dia depois, ele me responde que o Dr. Paulo testemunharia a meu favor. Eu publiquei. José Maria Marin me acionou na Justiça. Acionou, como me acionou pelo caso Herzog. Acionou. Muito bem.

Eu fui ao Dr. Paulo Cunha, ao seu assessor, certo de que ele diria: "Olha, não, é desagradável. Não vou". O assessor dele me disse: "O Dr. Paulo está doente, em cadeira de rodas". Eu falei que isso não era óbice, que o meu advogado disse que poderia conseguir que ele fosse ouvido em casa. O assessor me ligou em seguida para dizer que o Dr. Paulo fazia questão de ir, que iria depor em cadeira de rodas. Não sei como está essa questão no resto do País. Em São Paulo, hoje em dia, não existe mais o depoimento tomado por escrivães; é gravado.

O Dr. Paulo chega. José Maria Marin presente, os seus advogados, eu. O Dr. Paulo chega, com uma voz fraca e diz, em um microfone semelhante a este: "O jornalista só se enganou em um aspecto: não foram seis meses em que eu paguei essa conta; foi durante um ano e meio". Aí o advogado pergunta: "E o senhor foi ressarcido?" "Jamais o Dr. Marin falou em ressarcimento."

Esse era o presidente da CBF. Esse era o presidente da CBF. Esse era o presidente que escolhe o técnico que comanda a Seleção Brasileira; esse era o presidente.

O que mudou de uns tempos para cá, do 7 a 1 para cá? Mudou do 7 a 1 para cá que a prisão do Sr. José Maria Marin, que a fuga do Sr. Ricardo Teixeira, que a impossibilidade de o Sr. Marco Polo del Nero sair do País estão fazendo com que os patrocinadores da CBF, assim como os da FIFA, digam: "Chega!", "Basta! Não quero mais associar minha marca a isso". Até os 7 a 1, todas as vezes em que eu perguntei para grandes patrocinadores "Mas não incomoda a vocês estar com os nomes vinculados a essa gente?", a resposta foi a seguinte: "Não, a gente patrocina a Seleção Brasileira, não é a CBF, e a Seleção Brasileira ganha. Por paus ou por pedras, mal ou bem, a Seleção Brasileira é pentacampeã do mundo. Então a nossa marca está bem servida."

Saibam os senhores que um dos patrocinadores da CBF, inclusive - não estou autorizado a dizer qual -, mas um dos patrocinadores da CBF chegou à CBF, logo depois da prisão de Marin, e disse que ia parar de patrociná-la. Fez um acordo e está pagando a metade do que pagava, o que também é típico do capitalismo brasileiro, não é? Também nós precisamos olhar para isso. Os empresários, com muita frequência - estamos vendo aí a operação Lava Jato mostrando isso firmemente -, são cúmplices desse estado de coisas, infelizmente.

Mas esse é o nosso quadro geral. Então, nós temos um problema estrutural que precisamos resolver. E nós não resolveremos isso a não ser com mais democracia. Por que, nos Estados Unidos da América, um país absolutamente acima de qualquer suspeita, do ponto de vista da sua organização política, os atletas participam com 20% nas eleições das entidades dirigentes? Por que aqui no Brasil eles não podem participar? Não participam da eleição da CBF, não participam das eleições das federações.

O que são as federações estaduais hoje no Brasil? São as capitâncias hereditárias. E bote hereditárias nisso, porque quem está há menos tempo lá está há 20 anos. E, se cair o Sr. Marco Polo del Nero? Se, amanhã ou depois, como tudo indica que acontecerá, o FBI preencher quem é o co-conspirador 12 e puser lá que é o Sr. Marco Polo del Nero, como está escarrado na descrição de quem é? Ele cai. Quem sobe para o lugar dele? O Sr. Delfim Peixoto, presidente da Federação de Santa Catarina há mais de 20 anos. Há mais de 20 anos.

A CBF tentou mudar o estatuto - porque ele é o mais velho dos vice-presidentes -, tentou mudar o estatuto, para ver se não fazia ele; fazia o Sr. Fernando Sarney, que não tem nenhuma contribuição dada ao futebol, e que também, fora do futebol, não é exatamente alguém cuja vida a gente possa levantar e aplaudir.

Então, a questão é essa, é estrutural, e, ou a gente mexe nisso, ou a gente mexe na forma de se representar o poder no esporte brasileiro, ou a gente vai continuar assim a vida inteira e mais três meses. Porque não é que a estrutura, a superestrutura do nosso esporte seja conservadora - eu digo isso sempre. Ao pensamento conservador, o mundo deve muito em determinados

momentos. Não nos esqueçamos, só para dar um exemplo: Winston Churchill era um conservador e foi essencial para que os nazistas não tomassem conta do mundo. Mas a estrutura do nosso esporte é essencialmente reacionária, reage a qualquer mudança, é refratária a qualquer tipo de mudança, é extremamente corruptora e corrupta.

O Sr. José Ávila, o Sr. J. Ávila, que durante anos foi o maior empresário do esporte da América, que corrompia da Confederação Sulamericana de Futebol à CBF, onde era sócio, tinha como sócio o Sr. Ricardo Teixeira - é claro que o Sr. Ricardo Teixeira era sócio oculto -, está nos Estados Unidos...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) - ... sem poder sair de lá. Segundo informações mais privilegiadas, de tornozeleira eletrônica, embora seu advogado negue. Por quê? Porque foi pego com a boca na botija. Mas aceitou colaborar com o FBI. E, numa gravação, o Sr. José Maria Marin diz a ele: "Está na hora de repassar o dinheiro para mim e para o Marco Polo del Nero. Chega de dar dinheiro para o Ricardo Teixeira". Do que mais nós precisamos?

Então, digo que, há 15 anos, éramos poucos - e havia quem achasse que era por perseguição pessoal. De que serviram aquelas CPIs? Muitos disseram que aquelas CPIs acabaram em pizza. Não acabaram não! Não acabaram por uma razão que reputo essencial: a opinião pública ficou informada sobre o tamanho da corrupção; a TV Senado bateu recordes de audiência; o Brasil viu a CPI, que não se tratava de caraminhola de jornalista.

Não vou fazer aqui o papel que não cabe a mim. Nós, jornalistas, sabemos a ponta do *iceberg*; nós, jornalistas, sabemos, no máximo, 10% - no caso o Jamil, que é muito bem informado. Como sou mal informado, quando sei 3%, sei muito. Os senhores têm as condições para investigar aquilo que não podemos

Ouvi aqui o Cruz fazer uma referência. Vou só sublinhar. Peçam para ver os contratos da Federação Paulista de Futebol com a General Motors; e, em seguida, da CBF com a General Motors. A CBF era patrocinada pela Volkswagen, pelo Gol. Nada mais apropriado do que o Gol patrocinar a CBF!

De repente, Marco Paulo del Nero assumiu, e a mesma patrocinadora da Federação Paulista que ele presidia, General Motors, passou a patrocinar a CBF. Por quê? Não posso saber se houve alguma movimentação extraordinária nas contas bancárias do Marco Paulo del Nero na ocasião em que se firmou esse contrato com a GM, mas posso, pelas práticas que hoje o FBI demonstra, imaginar que alguma coisa tenha acontecido.

Quero deixar claro aqui que eu apenas imagino. Tenho motivos para imaginar. Será que houve? Não tenho como quebrar o sigilo de ninguém. Acho muito bom que eu não tenha - sou apenas um jornalista -, mas o Senado brasileiro tem. Acho que vai ter de ser por aí, porque estamos vendo que é assim que funciona. Alguém dirá: "Bom, o que nós temos a ver com isso - a CBF é uma entidade particular - se ela foi comissionada pela General Motors, que é outra entidade particular?".

Bem, no mínimo, vamos ver se esse dinheiro foi declarado à Receita, se esse dinheiro está no Brasil, se ele foi transferido para fora do Brasil legal ou ilegalmente. "Siga o dinheiro!" Não há uma regrinha que diz que é por aí?

Basicamente, é isso que eu queria dizer. Eu sei que estou chovendo no molhado. Na verdade, sei que não estou falando nenhuma novidade para ninguém, mas não posso furtar-me de estar aqui e sou um otimista incorrigível, apesar de, por dever de ofício, também um cético por definição. E já fui enganado muitas vezes - às vezes, acho que eu sou o rei dos ingênuos. Então, venho aqui apenas dizer isso, de peito aberto, lembrando que já estive aqui há 15 anos e até pedi uma reunião secreta - imaginem! -, porque havia coisas que estavam ainda sendo apuradas, e eu não podia torná-las públicas. Até a investigação do Senado ajudou-me a clarear as ideias.

Hoje, está tudo muito aberto. O que podia estar aberto está aberto. O que está fechado cabe aos senhores abrir. A nossa capacidade é menor que a de vocês.

Muito obrigado.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Muito obrigado, jornalista Juca Kfourir, pela sua essencial contribuição.

Vou passar a palavra agora ao Relator, Senador Romero Jucá.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) - Sr. Presidente, novamente, será por ordem de inscrição, ou a inscrição anterior vale para os Senadores fazerem as perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Logo depois do Relator, vou passar a palavra aos Senadores Paulo Bauer, Roberto Rocha e a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - Queria agradecer o posicionamento e as informações do jornalista Juca Kfourri e registrar que ele corrobora e amplia as questões já colocadas pelos jornalistas José Cruz e Jamil Chade.

É muito importante, como eu disse e quero aqui reafirmar, que a CPI tenha essas informações, esses indícios, esses encaminhamentos, de uma vida de luta de vocês, para que a gente possa agregar a capacidade operacional e possa, efetivamente, construir outro momento, de transparência, de responsabilidade, de estruturação. Concorde que os erros podem parecer pontuais, mas, quando se monta uma estrutura benfeita, os erros são mais difíceis de acontecer.

Então, eu reafirmo, Sr. Presidente, o pedido de que se vote, ao final da reunião, o meu requerimento, para que esses contratos realizados com as empresas internacionais e esses desdobramentos, e agregue ao pedido os contratos realizados pela CBF com empresas patrocinadoras. Eu já havia pedido isso, mas reforço, na questão do caso da General Motors e as outras, nos últimos dez anos, para que possamos ter um processo, de início, de comparação. A partir daí, nós vamos desdobrar o que será preciso pedir - quebra de sigilo ou qualquer outro tipo de informação -, conhecendo os contratos. Nós vamos andar com firmeza, mas com informações circunstanciadas, até para que não se diga, efetivamente, que são ilações ou colocações; e, sim, apurações consistentes da CPI.

Portanto, eu agradeço e agrego ao pedido que fiz sobre as questões de contratos internacionais, de transferências dessas empresas para a CBF; dos borderôs de público dos jogos da Seleção Brasileira. também essa questão.

Digo ao Senador Wellington, ao Senador Hélio, ao Senador Paulo Bauer, que, a partir desses contratos, nós iremos verificar que tipo de contrato tem relação internacional, ou não, e aí iremos solicitar ao Coaf e ao Banco Central o nível de transferência de dinheiro, de fora para dentro e de dentro para fora também, no sentido de fazer os cruzamentos necessários.

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) - Senador Romero Jucá, há um aspecto que eu me esqueci de comentar, que é o seguinte: eu acho que uma coisa para a qual todos devem prestar muito atenção é que, quando a gente fala da indústria do esporte, hoje, no mundo globalizado, dentro da indústria do entretenimento, certamente, a indústria do esporte é a que ocupa o maior espaço. E não há área de atividade mais propícia à lavagem de dinheiro do que o esporte, do que o futebol. E a razão é muito simples: a intangibilidade dos valores, dos preços.

Quando vale o Messi? Lionel Messi quanto vale? Alguém dirá: "€300 milhões". E alguém contra-argumentará: "Mas ele só vale três Bales? O Real Madrid pagou €100 milhões pelo Bale, o Messi só vale três Bales? Não, vale cinco Bales. Ah! Então vale €500 milhões". O Pelé valeria quanto? O Romário? "Ah! Oitocentos milhões!" Não sei! Não sei! Quanto vale manter uma Ferrari, por temporada? "Ah! US\$30 milhões". "Só?" Como US\$30 milhões, se, às vezes, na quinta-feira, no treino, os dois pilotos da Ferrari batem no muro e têm que ter outras Ferraris para treinar na sexta? E aí batem na sexta e têm que ter outras para treinar no sábado, e têm que ter outras para correr? Cento e vinte milhões! Qualquer coisa é coisa, qualquer valor é valor.

E fica muito difícil para nós, jornalistas, pegarmos. As transações bancárias, as transações financeiras, essas são detectáveis por outros meios, que os senhores têm, que a Justiça tem, que a Polícia Federal tem; e nós não.

Então, é importante ter isto em mente: a intangibilidade dos valores nessa extraordinária economia globalizada que é a economia do esporte mundial.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Muito obrigado.

Passo a palavra, agora, ao Senador Paulo Bauer.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) - Sr. Presidente, como eu tenho de sair, eu gostaria de deixar a minha pergunta, por escrito, ao jornalista Juca, até para facilitar. Mas eu gostaria que ficasse registrado, já que tudo aqui é gravado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - O.K.. Será...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) - Sr. Presidente, eu quero, inicialmente, cumprimentar o jornalista Juca Kfourri pela sua manifestação e dizer que fiquei muito feliz em ouvir o seu depoimento a respeito da CPI do Futebol, relatada por um conterrâneo meu, Senador Geraldo Althoff.

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) - A quem eu tiro o chapéu diariamente.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) - Pois não. Ele, realmente, embora não fosse um desportista, um participante da atividade do futebol, mas, como médico e como Senador que foi, pelo meu Estado, fez um grande trabalho naquela ocasião, como também o Senador Alvaro Dias, que até gostaria de estar presente aqui, mas, como o senhor já falou, precisava estar na CPI do BNDES, já que ele foi um dos que defendeu a instalação daquela CPI.

Também fico muito à vontade em participar aqui como Vice-Presidente, como membro, porque eu represento Santa Catarina, o único Estado que tem quatro times na Série A do Brasileiro. Portanto, eu vejo diariamente...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) - Mas gostam de levar uma virada, não é, Senador?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) - Não faz mal. O importante é participar!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) - Está certo. (*Risos.*)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) - E olhe que o meu time em Santa Catarina é o Joinville. Então, eu sou insuspeito quando falo do futebol e posso lhe dizer e dizer a todos que conheço muito bem a importância do futebol, exatamente em um Estado que não é grande, mas que tem no futebol, talvez, uma das maiores atividades de entretenimento, de participação de toda a sociedade pelas características dos times catarinenses que se destacam. E vejo diariamente - e aí já vou encaminhando para o meu questionamento - vejo diariamente como os dirigentes do futebol, de times pequenos principalmente, sofrem e lutam para viabilizar patrocínios e viabilizar o custeio dos times. É, realmente, uma luta inacreditável.

As empresas locais, as empresas estaduais, as empresas que não são multinacionais são diariamente chamadas. As camisas dos jogadores são mais parecidas com um circo, de tanta propaganda que têm. A gente vê times de outros países etc. com duas ou três marcas no máximo, e, nas nossas, as costas de um jogador parecem um *outdoor* ambulante. E não que eles tenham problemas quanto a isso, mas é que cada um dá um pouco. É aí que eu chego. Cada um dá um pouco para que, no todo, se viabilize a atividade. Às vezes, com falta de renda, por causa de um problema de tempo, de clima, de uma coincidência de atividades.

E aí vem a questão: o senhor colocou que a CBF tem problemas estruturais, e, pelo que já sabemos, precisam de correção. Essa questão de a CBF não querer ser uma instituição que seja considerada como patrimônio nacional certamente deve estar ligada à própria decisão, à própria forma de condução da FIFA, que não quer nunca ser pública, pelo contrário, quer ser vista como uma empresa.

E aí vem a questão: dentro daquilo que o senhor conhece e sabe, as empresas que patrocinam a Seleção Brasileira - que V. S^a mesmo disse que procuram o *marketing*, procuram o seu interesse comercial -, no seu entendimento, está correto o procedimento da CBF em ela própria escolher quem são as empresas? Que direito a CBF tem de optar por essa marca e não por aquela, já que as duas são importantes para o País? Não há um conselho ou deveria haver um conselho superior que decidisse isso?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Juca, a gente vai fazer o seguinte...

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) - Uma série de perguntas?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) - Sim, o bloco, está o.k.?

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) - Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Muito obrigado.

Senador...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) - Tanto faz.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - ... Hélio José, por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) - Juca, eu quero comentar aqui que você, Juca Kfour, é um grande símbolo nosso, no meio esportivo, pela sua coragem, pela sua posição realmente franca e democrática de dizer as coisas. Há muito a gente ouve os seus comentários na CBN e em outros locais com essas questões tão importantes. E o povo brasileiro é apaixonado por futebol. Por isso, qualquer jogo de dois times grandes, por exemplo, nas cidades, dá rendas significativas. E a gente não pode deixar o povo brasileiro ser vítima de tanta corrupção - desculpe a palavra -, de tanta bandalheira, igual você diz aqui, com empresas sendo registradas com apenas uma caixa postal nas Ilhas Cayman, recebendo dinheiro muito grande para essas questões todas.

Eu acho que você fez uma provocação aqui, e eu acredito que todo mundo desta CPI não vai deixar isto aqui ficar em *pizza*. Posso garantir para você que, se depender de mim, não vai ficar em *pizza*. Sou servidor público e sei o tanto que é importante a questão do Erário, a questão do dinheiro e a questão da paixão nacional, em que a gente tem, no mínimo, de respeitar essas pessoas que muitas vezes até tiram o dinheiro do alimento para poderem pagar um ingresso caríssimo para irem aos estádios.

Além dessas questões que V. S^a coloca - profundo conhecedor dessa bandalheira toda -, coloca essa questão importante da General Motors no lugar da Gol, nosso querido Senador Paulo Bauer colocou que deveria haver, no mínimo, um conselho para julgar se troca ou se não troca, no mínimo uma espécie de processo licitatório ou alguma coisa assim, e não há.

Então, fizemos aqui uma série de solicitações, temos um calendário de ouvir, inclusive, todas esses presidentes de federações. Você deu um motivo muito claro para mim de termos que ouvir realmente alguns presidentes de federações. Acabei de fazer o requerimento - lembrança do Senador Romário, cada um de nós podemos fazer nossos requerimentos -, estamos concluindo ali, solicitando todas as informações de repasse da CBF para as federações solicitando chamar aqui o Sr. Wagner Abrahão para esclarecer o que ele recebeu, deixou de receber e onde ele colocou esses recursos, solicitando também a questão do Ministério dos Esportes, os repasses que ele faz a todas as federações brasileiras e confederações, para que a gente possa ter conhecimento de aonde o dinheiro público foi. Nessa questão, cabe a todos nós termos uma posição muito clara de defender o Erário.

Acho importante o que vocês já citaram nas duas outras CPIs. Nos seus relatos, vocês três trazem bastante riqueza para nós, porque estamos numa situação em que havia disse-me-disse, mas não tínhamos coisas concretas. Agora, temos mais fio da meada para buscar. O Senador Jucá fez um esforço danado para trazer para nós uma sequência muito bem colocada de pessoas a serem ouvidas, o procedimento a ser feito aqui. Foi enriquecedora a sua colocação.

Terei de me retirar, porque tenho audiência agora e não posso ficar. Digo isso a V. S^a para que saia daqui pelo menos com a tranquilidade de que esta CPI não vai deixar morrer em *pizza* essa questão. Não vai haver relatório que não será votado por causa de protelação de a ou de b. Acreditamos que, na Presidência do Senador Romário, na relatoria do Senador Jucá, na seriedade do Paulo Bauer e nossa, isso não vai acontecer.

Que você continue nos informando, porque serão três meses de intenso debate. Sei que você conhece muito dessas questões e estamos abertos a isso.

Muito obrigado e um forte abraço a todos.

Obrigado, Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Obrigado, Senador. Eu gostaria só de registrar que todo pedido tem que ser protocolado através de requerimento.

Muito obrigado.

Passo a palavra agora ao Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, senhores convidados, jornalistas, senhoras e senhores, quero cumprimentá-los, agradecer pela presença nesta Comissão, que enriquece muito o trabalho desta Comissão. O Brasil todo está atento, evidentemente, ao desdobramento do que estamos fazendo aqui.

Quero, Sr. Presidente, desde já anunciar o requerimento que será formulado a esta Presidência solicitando informações à Receita Federal quanto às declarações de porte de valores dos dirigentes da CBF, quando entraram e saíram do País no período de 2002 até hoje. Eu, oportunamente, apresentarei o requerimento.

Quero fazer duas perguntas muito objetivas, uma para o jornalista Kfoury - eu o cumprimento por sua fala nesta Comissão - e outra para o jornalista Jamil.

Kfoury, você fala que o problema da CBF é estrutural, que a grande questão é a corrupção intrínseca na estrutura de poder daquela instituição. A CBF sustenta algumas federações que se tornam dependentes e que, naturalmente, elegem o Presidente da CBF, fazendo, portanto, um círculo vicioso. O que fazer então com esse sistema eleitoral? O que fazer para, na sua opinião, modificar isso? Quais seriam outros caminhos?

Ao jornalista Jamil Chade: o senhor mora na Suíça e foi o jornalista que mais investigou e acompanhou de perto o episódio da prisão do ex-presidente da CBF, José Maria Marin, e todo o caso que envolveu vários dirigentes da FIFA. O que o senhor tem para nos relatar sobre o episódio FIFA Case?

Ainda sobre o episódio da prisão do ex-presidente Marin: em sua opinião, quais seriam os motivos de o Presidente da CBF, Marco Polo Del Nero, ter saído imediatamente da Suíça, após aquela prisão? V. S^a tem informações se Marco Polo, nessa ocasião, prestou socorro a Marin, de alguma forma, seja com advogado, seja de que forma for?

Para concluir, existem evidências que apontam para a participação de mais brasileiros, além do Sr. Marin, nesse esquema de corrupção? Se existem, quem são essas pessoas?

São essas duas questões, Sr. Presidente, que eu gostaria de formular.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Muito bem, Senador.

Vou passar a palavra ao jornalista Jamil, para que ele possa responder às perguntas que foram feitas.

O SR. JAMIL CHADE - Senador, muito obrigado pelas perguntas.

Antes de entrar na pergunta do senhor, vou só complementar o que o Relator chegou a citar sobre abertura dos contratos, a abertura da relação comercial da CBF. E é uma sugestão, na verdade, que se incluía também o que a FIFA prometeu dar para CBF, depois da Copa do Mundo 2014. A FIFA criou um fundo de desenvolvimento para o futebol brasileiro, com US\$100 milhões, que hoje são quase R\$400 milhões, ou R\$350 milhões. Um campo de futebol foi inaugurado com esse dinheiro em Belém do Pará. Eu desconheço o que foi feito com o restante do dinheiro, se de fato existe algum processo, alguma escolha, por exemplo, de projetos que vão receber esse dinheiro. Então, é algo que eu sugeriria também que fosse dada uma olhada e é só para complementar o que o senhor disse, porque, afinal de contas, US\$100 milhões, às vezes, correspondem até mais do que um próprio patrocinador - de fato, é algo substancial.

Sobre FIFA Case, como o senhor citou, eu estava lá naquele dia. O hotel Baur au Lac é um hotel que eu frequentei. Infelizmente, não me hospedei nenhuma vez ali, mas é um hotel que eu frequentei muitas vezes, nos últimos 15 anos, porque era ali que eu justamente fazia muitas das entrevistas em *in* e em *off*. A última entrevista que eu fiz ali foi dois meses antes da prisão do Sr. José Maria Marin, com o próprio José Maria Marin, naquele mesmo hotel. Foi uma entrevista também publicada, em que ele disse que o seu grande legado que deixava à CBF era ter construído a casa própria - palavras dele. Ele falava da sede da CBF. Isso era o que ele considerava como seu grande legado.

O que aconteceu naquele momento das prisões? As prisões aconteceram três dias antes do congresso da FIFA, um congresso que teria uma importância relativa, porque ele escolheria o novo presidente da entidade. Todos já sabiam que aquela eleição era uma eleição de cartas marcadas, e que o Blatter iria vencer aquela eleição. E aí surgiu o grande debate sobre se aquilo tudo não seria apenas um grande complô dos americanos, porque eles perderam a Copa do Mundo de 2022 para o Catar. Essa é uma teoria que, inclusive, o próprio Joseph Blatter, Presidente da FIFA, insiste em manter, essa é a situação que ele aponta. Na verdade, ele chegou a declarar, numa entrevista, que isso tudo cheira mal, que, por trás disso tudo, haveria um tipo de conspiração.

Se nós pegarmos o indiciamento de 160 páginas do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, será difícil achar que aquilo ali foi um complô, porque aquilo ali é um trabalho de pelo menos quatro anos. Foi um trabalho de investigação que começou, como até o Juca citou, também com o Sr. J. Hawilla, começou também com o Sr. Chuck Blazer, um outro dirigente, e que foi construída, nos últimos quatro anos, a partir de investigações, a partir de gravações autorizadas, a partir de colaboração, a partir de uma investigação real do FBI.

Então, dizer que aquela operação foi simplesmente um teatro para derrubar ou para criar alguma confusão não condiz com o documento, que também eu posso deixar aqui - são 160 páginas -, do indiciamento desses dirigentes. Vale a pena ler, para tirar essa impressão de que foi um grande complô internacional.

Por que eu estou dizendo isso? Porque, naquele momento, todos se perguntavam: mas por que fazer uma prisão na Suíça, se, por exemplo, esses dirigentes estão espalhados pelo mundo? Bom, se você é polícia, você tem que prender 14 cartolas e você sabe que, num dia só, 7 deles vão estar no mesmo hotel, a operação sinceramente fica muito mais fácil. O que aconteceu? Eu até já cheguei a dizer isto: os suíços receberam o pedido de cooperação para fazer as prisões do FBI e consideraram que existia substância, que existia base para as prisões e para a extradição de todos, inclusive do Sr. José Maria Marin.

Quais são os aspectos do indiciamento que apontam José Maria Marin como suspeito? Em dois casos: o caso de recebimento de dinheiro em relação à Copa do Brasil - Copa do Brasil torneio, não a Copa do Mundo no Brasil, mas o torneio nacional Copa do Brasil -, e o outro recebimento em relação a supostas propinas num outro caso também relacionado com a Copa América. Por isso, essa prisão específica de José Maria Marin foi feita. Cada outro dirigente, se o senhor quiser eu também posso ir um por um, cada um deles tem uma outra história diferente, enfim, é por isso que isso aconteceu naquele momento. O senhor perguntou quais foram os motivos, então, sobre o Sr. José Maria Marin. Estes foram os motivos, pelo menos estes dois: Copa do Brasil e Copa América. Estão bastante substanciados. O Juca acabou de repetir um trecho desse indiciamento, quando o Sr. José Maria Marin diz a Hawilla que chegou a hora de o dinheiro vir para o nosso lado, ele diz nessa gravação.

Sobre a prestação de socorro, Senador, infelizmente eu não posso responder, não porque eu não queira, mas simplesmente porque eu não tenho os detalhes, ou melhor, eu não tenho nem as provas do que aconteceu exatamente naquele minuto que sucedeu. Eu sei de algumas histórias, mas, sinceramente, não tenho uma comprovação de que ela foi de um lado, ou foi de outro. A realidade é que, naquele dia, ou no dia seguinte, o Sr. Marco Polo Del Nero deixou a Suíça. Ele foi o único dirigente, dos 209 presidentes de federações nacionais, a deixar o congresso da FIFA naquele momento. Ele foi o único

membro do Comitê Executivo da FIFA... O que é o Comitê Executivo da FIFA? É o governo do futebol mundial. Nós falamos do Comitê Executivo da FIFA e, às vezes, não dá para entender o que é. É quem controla o futebol mundial, o Sr. Blatter é o Presidente, mas ele tem o Comitê Executivo. Ele foi o único a deixar o congresso. Eu me lembro de que eu estava na porta da festa do congresso da FIFA, procurando justamente o Sr. José Maria Marin. A imprensa não podia não podia entrar na festa da FIFA. Eu perguntava para muita gente, e cada um me dizia: "não vi", "não sei onde está", "não vi", "não sei onde está", até que a delegação do Uruguai me disse abertamente: "Ele já foi embora". O motivo - eu também posso repetir aqui - eu só posso especular. Ele chegou aqui, deu uma coletiva de imprensa e deu as suas explicações, mas a realidade é esta: ele foi o único a deixar a Suíça naquele momento.

Sobre a existência de outros brasileiros, os americanos mesmo já disseram que o caso não acabou. Os próprios americanos, o próprio Departamento de Justiça, naquele ato do indiciamento, no dia 27 de maio, deixou muito claro que a história não acabou.

Ao mesmo tempo que isso aconteceu, na Suíça, a polícia suíça fez também uma operação. Eu queria entrar só nisso, porque é algo que a gente não tratou ainda, e isso responde um pouco da questão que o senhor está colocando.

Naquele momento em que os sete dirigentes foram presos, enquanto aquilo acontecia, enquanto todos nós da imprensa olhávamos para aquilo, o Ministério Público da Suíça fazia uma operação de busca e apreensão em dois locais muito importantes da Suíça. Primeiro, a sede da FIFA. O que eles colheram, em termos de material, na FIFA, os servidores, representa o equivalente a 9 *terabytes* - eu também não sabia o que eram 9 *terabytes*, mas aparentemente são 160 milhões de página de Word, é o equivalente. Obviamente, não são as 160 milhões de páginas, mas é o equivalente a 160 milhões de páginas. Isso foi obtido pela justiça suíça, que está investigando agora todos os *e-mails*, todos os contratos que passaram pela FIFA naquele momento.

E houve uma segunda operação que, no meu caso, eu só descobriria algumas semanas depois, uma operação na Kentaro, na sede da Kentaro, aquela empresa que nós acabamos de citar aqui. Por que essa operação? Porque os suíços queriam saber como foi exatamente que aconteceu o pagamento dos cachês de um jogo amistoso da seleção brasileira, Brasil e Argentina, no Catar. Esse foi o jogo que levou os suíços a fazerem algum tipo de operação nessa empresa. A empresa, eu insisto, para ser justo com a empresa, a empresa não é acusada de nada. Essa empresa só organizava a partida, ela só... Como eu expliquei no início, o que a Kentaro faz? Ela aluga o estádio, garante que o ônibus exista, garante que o hotel seja pago etc. É isso que ela faz. Mas enquanto esses sete dirigentes foram presos, a empresa que organiza jogos da seleção brasileira foi alvo de uma operação.

Então, se existem outros brasileiros, eu fiz toda essa explicação para dizer: eu desconheço, mas o que eu sei é que os suíços, e aí não é FBI, os suíços estão, sim, investigando aquele jogo específico entre Brasil e Argentina.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Muito bem.

Passo a palavra agora ao jornalista Juca Kfourri.

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) - Muito bem. Vou tentar ser rápido na resposta às três questões que me foram feitas.

Senador Bauer, é óbvio que a CBF não é uma entidade privada como são, em regra, as entidades privadas. A CBF é, no mínimo, uma entidade privada de caráter misto, pelo que ela tem que nos diz respeito a todos, por ter o domínio da paixão maior do brasileiro, que é o futebol, futebol esse, que, na Constituição está dito, é patrimônio cultural do povo brasileiro. Ela é a casa do nosso futebol. Então me parece evidente que haveria de ter uma transparência maior na escolha dos patrocinadores, em processos licitatórios, agora, empresas particulares, entidades privadas não têm obrigação de fazer licitações, não é verdade?

É importante, Senador, ter claro outra coisa: que, nas discussões, em regra, desonestamente, é citado que a CBF, como uma entidade esportiva, tem absoluta autonomia, segundo a Constituição brasileira. Isso já foi objeto de julgamento no STF quando, se não me engano, o Deputado Jatene, - Jatene, Celso, não lembro o nome dele, se é exatamente Jatene, mas não importa -, com os 20 clubes da primeira divisão, arguíram a inconstitucionalidade do Estatuto do Torcedor.

Quero lembrar ao senhor que o Estatuto do Torcedor era um texto a favor da luz elétrica e da água encanada. A gente teve que escrever: "Olha, o torcedor tem o direito de se sentar na cadeira cujo número estiver no seu ingresso." Se fosse em Portugal, Senador, seria objeto de piada no Brasil. Mas o Estatuto do Torcedor nada mais é do que o código de proteção ao consumidor, que já existia, feito para o jogo de futebol. Mas como havia esse tipo de exigência, como uma ambulância no estádio que tiver mais de 10 mil pessoas, houve até quase um nocaute, ameaçaram paralisar o campeonato brasileiro e houve essa ADI.

O Relator dessa ADI foi o ex-Ministro Cezar Peluso, que fez um relatório aprovado por unanimidade no STF, seis anos, cinco anos atrás, em que ele diz, com todas as letras, que autonomia não significa soberania e em que ele mostra, com clareza, que a autonomia das entidades esportivas é o equivalente à autonomia que a universidade tem no Brasil, e nem por isso a universidade está acima das leis ou é uma terra de ninguém.

Então, essa questão, que é esgrimida com frequência para defender o caráter privado da CBF, é uma das mentiras que nós gostamos de contar para nós mesmos, é um dos autoenganos que nós cometemos, e fazemos de conta que é assim. E, se a FIFA tem essa preocupação - e, de fato, tem essa preocupação -, é problema da FIFA, porque, volto a repetir a pergunta: por que as entidade semelhantes nos Estados Unidos dão direito de voto aos atletas?

E já entro para responder à segunda questão. Há que se mudar o sistema eleitoral. Há que se dar direito ao atleta de participar. São eles as estrelas do espetáculo. Já houve, agora, um avanço, porque, até então, votavam as 27 federações estaduais e os 20 clubes da primeira divisão, ou seja, mesmo que os 20 clubes da primeira divisão tivessem um único candidato que fosse de oposição à CBF, as 27 federações garantiriam a CBF, e, agora, podem votar também os 20 clubes da série B. É um avanço, mas eu diria que a democratização chegará na hora em que os atletas puderem se fazer representar. É óbvio que não serão todos os atletas, será proporcional. Nos Estados Unidos, em regra, são 20%. E isso muda o embate, muda essencialmente o debate, oxigena a discussão, faz o País participar da discussão, porque o País praticamente não participa das eleições da CBF, porque destampa. É como se fosse o PRI no México de antigamente, destampa, esse é que é o nome, e não há conversa, porque você precisa de 7 federações assinando o seu nome para você ser oposição e 5 clubes. Quem vai amarrar o guizo no pescoço do gato? Quem vai ter coragem de aparecer eventualmente lançando um candidato de oposição? Ninguém! Ninguém! Porque têm medo.

Eu já ouvi presidente de clube grande, grande! - para entenderem a brincadeira, não foi o Presidente do Joinville, que tem que tomar todos os cuidados -, já ouvi presidente de clube grande dizer: "Se eu fizer isso, eles me roubam o domingo!" E essa é outra das nossas mazelas, essa coisa de o nosso Departamento de Árbitros ser vinculado à CBF, de o Tribunal de Justiça Desportiva ser vinculado à CBF. Há que se ter independência! É assim que se manifesta o poder no esporte, é no controle da arbitragem e no controle da Justiça Desportiva. Então, você ouve um presidente de um grande clube, popular, dizer: "Se eu fizer assim, me roubam o domingo!"

Finalmente, o Senador Wellington Fagundes deixou aqui a pergunta relativa à terceirização da venda de ingressos na Copa do Mundo. Quando houve o escândalo no Rio de Janeiro e foi preso o inglês Whelan - e o Senador se refere a isso -, eu escrevi uma coluna em que eu lembrava que, em 1998, na França, já havia acontecido um escândalo parecido e que foi preso, em vez de um inglês, um brasileiro, o Sr. Wagner Abrahão, que alguém citou aqui, o Sr. Wagner Abrahão, que, a vida inteira, desde que o Ricardo Teixeira chegou lá, é o homem das passagens, é o homem dos pacotes, e o foi também na Copa do Mundo no Brasil. É o homem que pôs o Ricardo Teixeira no seu jatinho e o levou para Boca Raton, que anda por aí, ele e sua família, Grupo Águia, os Abrahão, livremente. Esse é um caso típico de alguém de quem eu adoraria ver o sigilo fiscal quebrado. Eu não posso. Eu não posso! Os senhores podem.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB - RR) - Eu agradeço as colocações do jornalista Juca Kfourri e passo a palavra ao jornalista Jamil Chade, que tem uma complementação a fazer.

O SR. JAMIL CHADE - Muito rápido, Senador, mas sobre o sistema eleitoral. Em 2010, no Congresso da FIFA em Joanesburgo, foi apresentada uma proposta justamente neste sentido, Juca, para que os atletas pudessem votar. E teve uma confederação regional que, antes da votação acontecer, fez questão de chegar até o Blatter e dizer que essa confederação não aceitaria que isso fosse...

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) - Deixa ver se eu acerto? Me dá três chances?

O SR. JAMIL CHADE - Duas, Juca.

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) - Duas? CBF?

O SR. JAMIL CHADE - Acertou.

Então, a CBF, a Associação de Futebol da Argentina, a do Uruguai e a do Paraguai convenceram a CONMEBOL de que esta proposta de abrir a votação para atletas, para presidentes de federações nacionais não poderia ir adiante. E a proposta foi retirada da agenda do Congresso da FIFA. Isso aconteceu. Era só um complemento.

E uma outra questão que também vale, sobre a questão da terceirização dos ingressos, tem um aspecto na estrutura da FIFA, já que a gente está falando de estrutura, que precisa ser deixado muito claro. A empresa que controla a venda não

só dos ingressos... Eu vou só explicar um aspecto: não é o ingresso de U\$40 que rende dinheiro para a FIFA, é a venda das áreas VIPs, dos camarotes, que custam R\$2 milhões, R\$3 milhões durante a Copa do Mundo. Esses foram os preços cobrados por esses camarotes para as grandes empresas que distribuem para os seus convidados. Quem é que detém essa empresa que controla isso tudo? Uma empresa que chama Infront, que tem uma relação com os Byron, que é justamente essa questão do ingresso, e essa empresa Infront tem como seu Presidente o sobrinho de Joseph Blatter. Então, ela não é terceirizada, ela é da família. Só gostaria de deixar isso muito claro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Com a palavra ao Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) - Como a gente vai ter muita coisa para fazer e muitas decisões para tomar, eu queria pedir para o Relator que a gente já deixasse anotado e consignado, e isso eu faço como contador, eu sou o único Senador contador nesta Casa, por isso a minha função de auditoria me obriga sempre a pensar nas questões pelo lado da contabilidade, diante da informação que o Juca Kfourri nos deu sobre patrocínios diretamente à Confederação, a troca de patrocinadores e também a informação que o Jamil nos deu antes a respeito da operação de empresas contratadas por federações ou confederações para fazer o *marketing*, a gente deveria pensar em um projeto, em um texto legal que estabelecesse que a empresa privada só poderia contabilizar como despesa de contribuição e de patrocínio um valor que fosse diretamente doado à confederação e não pago a uma empresa contratada pela federação. Já seria uma forma de você tornar mais transparente, além de também estabelecer que nenhuma empresa poderia ser patrocinadora de mais do que x por cento do total da conta, para ela não se tornar dona do futebol ou dona do evento desportivo.

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) - Senador Bauer, permita-me atalhá-lo apenas no seguinte, porque este é um detalhe essencial, que tem a ver com a maneira como são feitos os patrocínios no nosso futebol e que acabam tendo influência em todos os esportes brasileiros e nos esportes olímpicos brasileiros, tão mal servidos. Por que uma Nestlé, em vez de patrocinar o time de voleibol do Flamengo, prefere montar o seu time, Leite Moça? Por que a Pirelli, em uma época, em vez de patrocinar o time de voleibol do Palmeiras, fez o próprio time? Por que o Bradesco fez o seu time de vôlei e não foi patrocinar o Vasco? Por que a Rexona tem seu time de vôlei em vez de patrocinar o Corinthians? Por quê?

Porque se você perguntar para os presidentes dessas empresas eles dirão: "Porque eu não faço caixa dois, e, como no futebol eu tenho que fazer caixa dois, eu quero ficar longe do futebol. Então, eu prefiro montar o meu time." Contra a própria marca, em certo sentido, porque nós não vamos ver, em nenhum ginásio - no Maracanãzinho, no Ibirapuera, no Mineirinho -, "Rexona! Rexona!" ou "Pirelli!". Ninguém torce para uma marca de pneu! Você torce para o Atlético Mineiro, você torce para o Cruzeiro, você torce para o Vasco; você não torce para o Bradesco. Ninguém grita: "Bradesco". Então, quando o time do Bradesco jogava contra o time da Pirelli, era o time do Rio contra o time de São Paulo. Não era o time...

Agora, então, veja aonde as consequências disso chegam: o esporte olímpico acaba padecendo dos males da falta de transparência do futebol, porque os hábitos são esses. E, como são esses, quem é sério não se aproxima.

Uma vez eu perguntei ao presidente do Banco do Brasil, quando saíram os cartões de crédito de um determinado banco, o Real, sobre os times de futebol: mas que bobeada; como o Banco do Brasil deixou isso? Fazia muito mais sentido: Banco do Brasil, cartão do Flamengo; Banco do Brasil, cartão do Grêmio. E ele disse: "Porque o Banco do Brasil não pode fazer certas coisas que são feitas por aí". Perguntei: o que, exatamente? Caixa dois? "É, caixa dois." Você está dizendo que o Banco Real fez? "Não estou dizendo nada. Estou dizendo que o Banco do Brasil não pode jogar esse jogo."

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Muito bem. Agora, chegou a hora de o Presidente fazer algumas perguntas.

Eu começarei por você, Juca.

Na semana passada, V. S^a em artigo lembrou que, depois, em uma reunião secreta da CPI da Câmara dos Deputados que investigou o contrato entre CBF e Nike, conhecida como CPI da Nike... O senhor pode revelar a esta CPI o conteúdo desse depoimento?

Além de aqui depor como testemunha, V. S^a pode apresentar documentos em seu poder que se relacionem ao que foi apurado naquela CPI e sobre outras irregularidades da CBF?

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) - Senador Romário, eu diria que são documentos vencidos, que constam hoje dos relatórios das CPIs. Eu tenho todos eles em casa, até para minha defesa pessoal, nas diversas ações que a CBF moveu contra mim, mas eu lhe diria que não acrescentará muita coisa ao que já está dito.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - São os mesmos documentos que estão aqui hoje na Casa?

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) - Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Muito obrigado.

Outra pergunta: em outro artigo, "O Pelego e os Cartolas", datado do dia 13/08/2015, o senhor sugere uma relação subserviente dos representantes dos atletas e clubes Rinaldo Martorelli e Mustafá Contursi com a CBF. Em que ponto tal relação corrompe o futebol brasileiro, na sua opinião?

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) - Veja, o que nós temos? Senador, melhor do que eu, V. Ex^a sabe da pouca representatividade que têm os jogadores de futebol por intermédio dos seus sindicatos. Agora, a gente teve, por intermédio de um organismo, digamos, quase uma organização não governamental, o Bom Senso Futebol Clube, uma representação de fato dos atletas de futebol. Os sindicatos, não. E basta entrar no *site* do sindicato dos atletas para ver a absoluta subserviência entre o sindicato e a CBF, fotos as mais diversas da confraternização, com o Sr. Marco Polo Del Nero, com o Sr. Martorelli, que está lá há quase duas décadas e que fez constar do estatuto do sindicato dos atletas que um jogador em atividade não pode ser presidente do sindicato, o que é um negócio de maluco! É uma coisa que deveria ser incentivada. Eu sei que é difícil conciliar jogar futebol e presidir o sindicato dos atletas ao mesmo tempo. Eu sei que depende de coragem pessoal alguém assumir esse papel, mas proibir que um jogador em atividade seja presidente do sindicato é proibir que um metalúrgico em atividade seja presidente do sindicato, que um médico em atividade seja presidente do seu sindicato. Esse é o sindicato dos atletas, que nunca conseguiu nada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Obrigado.

As próximas perguntas vão para o jornalista Jamil Chade.

Quais são os jogadores que foram convocados em razão do acordo mútuo entre CBF e os parceiros comerciais? Existe envolvimento dos empresários desses jogadores, já que é sabido que um dos integrantes da comissão técnica da atual Seleção Brasileira, em um passado recente, geriu interesses contratuais de alguns jogadores?

A outra pergunta é: o senhor teve acesso ao contrato entre a CBF e a empresa ISE, com sede na... Com sede não, com caixa postal nas Ilhas Cayman. Quem são os sócios dessa empresa? Quem assina esse contrato? Quais são os valores e formas de pagamento?

E, para finalizar, além dessas revelações veiculadas na reportagem já citada, há algo mais que o senhor gostaria de denunciar, principalmente após o escândalo envolvendo o ex-presidente da CBF e dirigente da FIFA? Existem outras pessoas, na atual estrutura organizacional da CBF, igualmente envolvidas em atos semelhantes ou noticiados por V. S^a?

E, para finalizar - esta pergunta serve para os dois -, quais são os indícios que o Co-Conspirador #12 demonstra que possa ser o presidente atual da CBF, Marco Polo Del Nero?

Tem mais uma aqui, Juca: V. S^a tem em mãos alguma cópia - acredito que o original será difícil - desse ou desses contratos da CBF com a Chevrolet?

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) - Não. Tenho com a Nike. Está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Muito bem, obrigado.

Sr. Jamil.

O SR. JAMIL CHADE - Obrigado, Senador.

Sobre os jogadores convocados, o senhor se refere, na verdade, à uma matéria que eu publiquei em maio, antes da prisão do Sr. José Maria Marin, que se referia, na verdade, a um quarto contrato, que eu também posso colocar à disposição do senhor, que é um contrato de 2010, desculpa, de 2011, e que estabelece quais são os poderes que a ISE tem sobre a Seleção Brasileira na área comercial, mas também na área esportiva. Na época, na publicação, muito foi dito sobre o que diz esse acordo. Eu faço questão de deixar com o senhor, para o senhor ver que, na verdade, o acordo diz algo muito concreto: que a Seleção Brasileira precisa sempre entrar em campo com o time A. Alguém poderia dizer: "Mas isso é óbvio". Não, não é óbvio pelo seguinte: se o técnico decidir que ele quer montar um time para vencer daqui a quatro anos, ele não vai montar com o time A de hoje; ele vai montar com quem ele acredita que, em quatro anos, pode vencer a Copa do Mundo, como a Alemanha fez nos últimos quatro anos. O exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Nós temos um exemplo agora, bem claro. Nesse chamado time A da CBF, quem tem que estar sempre presente é o Neymar. Tanto é que o Neymar está com caxumba, não poderá jogar os dois primeiros jogos das eliminatórias, mas, mesmo assim, foi convocado.

Por favor, pode continuar.

O SR. JAMIL CHADE - Isso só apoia, na verdade, um dos artigos desse próprio contrato, que diz o seguinte: se alguém tiver de ser cortado da Seleção por uma questão médica, outro jogador precisa ser convocado, obviamente, mas que atenda o mesmo valor de *marketing* do jogador cortado. Claro, a mesma habilidade etc., mas pedir que o jogador tenha o mesmo valor de *marketing* do jogador titular é dizer muito claramente que aquilo ali não é um amistoso para preparar a Seleção Brasileira; é um amistoso para gerar renda, e ponto. Aí, alguém poderia dizer: "Mas isso nunca aconteceu." Bom, o próprio contrato, e por isso faço questão de deixar o contrato aqui, diz o seguinte: não mais aceitaremos - isso aí é a ISE dizendo - a situação que foi vivida em dois amistosos realizados pelo, na época, treinador Mano Menezes, um contra o Gabão e o outro contra o Egito, dois jogos em que, na verdade, o time brasileiro não foi, segundo a ISE, o time A. Foram dois jogos, os dois foram vencidos pelo Brasil, e não foi considerado como o time A. Aí minha pergunta: vamos ver a escalação, para ver se aquilo não era time A. O time B, se é que aquilo ali é um time B, tinha o David Luiz, o Hulk e outros. Então o Hulk e o David Luiz não são suficientes para determinar que aquele seria um time A.

O que acontece, segundo o contrato, se o Brasil entrar em campo com um time não A? O cachê é cortado em 50%. Isso é o que diz o contrato. Ele é cortado em 50%. Não é a minha opinião, não é a minha interpretação do contrato, é o que está escrito no contrato. Se ele foi alguma vez adotado, se algum agente, como o senhor perguntou, de alguma forma atua, eu desconheço. A minha apuração não chegou a esse ponto infelizmente, mas o que o contrato diz é que a situação vivida por Mano Menezes em dois jogos não seria mais aceita.

Isso deixa muito claro que, sim, existe algum tipo de, eu diria, envolvimento comercial na convocação.

O senhor perguntou também sobre a relação entre a ISE e a CBF, quem assina. Quem assina é um representante da própria empresa saudita. Eu teria que pegar o nome no contrato para poder dizer para o senhor, mas ele está escrito no contrato. É um representante da empresa saudita que assina o contrato. É a mesma pessoa que também assina contrato com o Sr. Sandro Rosell. Portanto é, de fato, a mesma pessoa.

A forma de pagamento, eu desconheço. Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Não é brasileiro?

O SR. JAMIL CHADE - Não é brasileiro. É um saudita.

Sobre o Co-Conspirador #12, o indiciamento do FBI, do Departamento de Justiça americano, não traz o nome de quem seria o Co-Conspirador #12. Ele traz apenas uma descrição. A descrição é a seguinte: ele é membro do Comitê Executivo da FIFA, ele é membro do alto escalão da CBF, ele é membro do alto escalão da CONMEBOL.

Eu encerro por aqui.

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) - Não preciso acrescentar nada. Eu ia pedir a ele. Eu anotei aqui: alto dirigente de uma federação nacional, membro da CONMEBOL, membro da Fifa.

O SR. JAMIL CHADE - Do Comitê Executivo da Fifa.

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) - Do Comitê Executivo. Só tem um. Só tem um, porque o outro é ex.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Muito bem.

Talvez seja a última pergunta da minha parte, que serve para os dois: V. S^{as} sabem de alguma..., de como foi feita a compra do terreno pela CBF para a sua nova sede, na Barra da Tijuca?

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) - Pena que, por motivos mais do que justificáveis, o nosso companheiro Sérgio Rangel não esteja nesta Mesa. O que eu posso lhe garantir, Senador, é o seguinte: o prazo recorde com que foi feito o prédio da CBF pela mesma empresa que fez a loja de automóveis na Avenida Cidade Jardim que o Sr. José Maria Marin alugou anos atrás para a Kia - para a Kia, não, para a Hyundai - dá a medida do quanto algumas pessoas puderam ganhar com a construção do prédio da CBF.

O SR. JAMIL CHADE - Senador, respondendo também a essa pergunta, eu não saberia dizer quem é, mas gostaria de repetir a frase que o Sr. José Maria Marin me disse numa entrevista, um mês e meio antes de ser preso, no mesmo hotel aonde ele foi preso, em Zurique. Eu perguntei: qual é o grande legado que o senhor deixa? "A casa própria."

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Muito bem.

V. Ex^{as} têm mais alguma colocação, mais alguma pergunta a fazer? Relator?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir... Nós tivemos aqui um debate extremamente importante e colocações que apontam uma necessidade de requerimentos. Alguns deles eu disse

que gostaria de ver votados ao final da reunião. A assessoria ainda não formatou, pelo menos para que eu possa avaliar a forma correta dos requerimentos, então, queria sugerir a V. Exª que nós pudéssemos suspender a reunião e retomá-la administrativamente na próxima quinta-feira, para que nós pudéssemos apreciar esses requerimentos, exatamente para dar andamento nas questões de pedido de informações à CBF e em outras questões.

Gostaria de solicitar tanto ao jornalista Jamil Chade quanto ao jornalista Juca Kfourri que pudessem encaminhar contratos ou documentos que eles entendam que estão consentâneos com a discussão atual. É claro que V. Exª disse muito bem que algumas questões da Anac estão preclusas porque os fatos avançaram mais do que alguns anos atrás. A questão dos documentos e depoimentos que V. Exª tem, inclusive no que diz respeito à Suíça, seria importante também que pudessem ser disponibilizados. Então, eu gostaria de solicitar que fossem encaminhados esses documentos e aos requerimentos dos Senadores e Senadoras que chegarem até quinta-feira de manhã nós daremos parecer, eu apresentarei também os meus...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) - Votaríamos tudo na quinta.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - Votaríamos tudo na quinta-feira, porque teríamos condições de avaliar todos.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) - De avaliar um por um.

Eu quero, inclusive, propor, Sr. Presidente e Relator, antes, porém, fazendo um questionamento: na CPI da Câmara o Presidente foi o Silvio Torres ou ele foi o Relator?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - O Silvio Torres foi o Relator.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) - Eu queria propor o convite ao Deputado Silvio Torres para vir a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Esse convite terá que ser feito através de um requerimento.

Antes de passar a palavra ao Senador Donizeti...

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) - Posso interrompê-lo, Senador? Outra contribuição: o senhor poderia fazer o requerimento ao ex-Senador Geraldo Althoff, que foi...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - Aos dois Relatores das duas CPIs.

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) - Sim, o relatório do Senador Geraldo Althoff é uma aula de cidadania, é uma coisa de aplaudir de pé.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Coloco em votação a ata da 3ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Passo a palavra ao Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) - Presidente, é só para justificar que não é demérito à presença dos nossos convidados aqui, mas eu havia pedido vista num projeto de lei do Senador Cristovam, lá na Comissão de Educação, o debate demorou muito e acabei me atrasando aqui. Mas é isto: aqui estamos em duas, três comissões ao mesmo tempo. Hoje eu estava em três: na CPI do Carf, na CPI do Futebol e na Comissão de Educação.

Estamos muito honrados com a presença de vocês aqui.

Desculpem-me por chegar um pouco atrasado.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) - Senador Romário, mais uma vez peço a V. Exª a palavra.

A proposta do Senador Jucá compreendo e aceito, obviamente, porque nossa agenda já está comprimida e já temos que sair daqui correndo. Eu mesmo tenho reunião na Comissão Mista de Orçamento agora. Aliás, ser Senador é uma coisa extraordinária, porque a gente não almoça. Esta é uma coisa nova na vida de cada um que se eleger Senador da República: almoço passa a ser uma coisa excluída da rotina.

Só para mencionar, porque quinta-feira não estarei aqui, Senador Jucá, e, obviamente, os meus requerimentos que eu já protocolei eu espero que sejam analisados, eu só queria citar, não colocar em discussão.

Um deles pretende o convite para o Sr. Andrew Jennings, jornalista da BBC de Londres, que esteve aqui há dois anos, inclusive na Comissão de Educação do Senado, quando eu ocupava a Vice-Presidência, e prestou informações muito importantes àquela Comissão sobre as questões da FIFA. Tenho certeza de que, neste momento em que temos uma nova realidade para a FIFA e para a CBF, que precisa ser analisada, a contribuição dele seria muito importante. Eu já tive contato com ele, que se dispõe a vir aqui, participar dos nossos trabalhos e prestar informações.

Também apresentei um requerimento para que seja convidada a Sr^a Loretta Lynch, Procuradora-Geral dos Estados Unidos da América, responsável pelo caso FIFA Case, não sei se evidentemente ela pode vir, se ela tem condições, mas seria importante que ela tomasse conhecimento do trabalho da Comissão. O convite seria a melhor forma de fazê-la ciente de que nós estamos analisando o assunto.

Também seria interessante constituirmos um grupo de trabalho, mas esse é um assunto que depois discutirei com V. Ex^{as}. Sugeri também o convite ao Presidente da Nike do Brasil para prestar informações sobre a relação da Nike com a CBF.

Também convocar o Sr. Kleber Leite, Presidente da Klefer, parceira da Traffic, que tratou da compra dos direitos da Copa do Brasil para aqui estar presente.

Tenho certeza de que, se nós tivermos possibilidade de ouvir todas essas manifestações, vamos enriquecer ainda mais o nosso trabalho e a nossa avaliação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Muito bem, Senador.

Tendo em vista a apresentação de requerimentos pelos Senadores Romero Jucá, Paulo Bauer, pelo Presidente desta Comissão e também pelo Senador Roberto Rocha, convoco a próxima reunião, para apreciar esses requerimentos, para dia 20 de agosto, quinta-feira, às 10 horas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) - Sr. Presidente, pela ordem.

Queria só sugerir que, em vez de encerrar e convocar nova reunião, nós pudéssemos suspender a reunião, porque nós aproveitaríamos o quórum desta reunião, já que será quinta-feira. Em tese, como vamos fazer votações administrativas - o Senador Paulo Bauer, por exemplo, não estará aqui, mas tenho certeza de que votaria a favor de todos os requerimentos -, então, nós teríamos uma votação simbólica e, assim, teríamos a condição de avançar no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) - Senador, eu até poderia concordar com V. Ex^a, mas eu tenho certeza de que, depois do que nós ouvimos aqui pelos jornalistas convidados, eu posso garantir que nós teremos, sim, quinta-feira, um grande quórum.

Para finalizar aqui, os demais Senadores poderão protocolizar os seus requerimentos até essa data na Secretaria desta Comissão. A Presidência apreciará sua inclusão como requerimento extrapauta.

Considerando que os requerimentos envolvem quebras de sigilo, é necessário que os Senadores estejam presentes para efeito de quórum para votação nominal.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 5 minutos.)